



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Dissertação de mestrado

**NOS PASSOS DO GARIMPO: A MANUTENÇÃO DA
PRECARIEDADE NA EXTRAÇÃO DE CAULIM
EM JUNCO DO SERIDÓ-PB**

EDIVANE SARAIVA DE SOUZA

João Pessoa - PB

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EDIVANE SARAIVA DE SOUZA

**NOS PASSOS DO GARIMPO: A MANUTENÇÃO DA
PRECARIEDADE NA EXTRAÇÃO DE CAULIM
EM JUNCO DO SERIDÓ-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves

João Pessoa – PB

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

EDIVANE SARAIVA DE SOUZA

NOS PASSOS DO GARIMPO: A MANUTENÇÃO DA PRECARIEDADE NA EXTRAÇÃO DE CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ-PB

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB

(Orientadora)

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFCG

(Membro titular externo)

Profa. Dra. Mônica Lourdes Franch Gutiérrez

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

(Membro titular interno)

Data da defesa: ____ de outubro de 2011

À MINHA FAMÍLIA

AGRADECIMENTOS

Após dez anos sem sentar-me num banco de Universidade, em razão de ter que me dedicar à função profissional, fui agraciada por DEUS que me permitiu voltar à academia para encher-me de conhecimentos, notadamente o voltado para a área da Sociologia, de modo que eu possa entender os fenômenos sociais analisando os homens em suas relações de interdependência e poder e assim ficar bem mais habilitada para, como Promotora de Justiça, compreender a complexidade dos fatos sociais e intervir no meio social com mais eficiência. Assim, meu primeiro agradecimento é para DEUS, criador e Senhor de todo o universo.

Por conseguinte, agradeço à minha mãe Terezinha, hoje com 81 anos de idade, e à meu pai Wildes “in memoriam”, pois por meio deles, que me geraram e me criaram, posso compartilhar de todas as coisas e amizades conquistadas. Agradeço a toda minha família, de modo especial e carinhoso a meus irmãos Wildes Filho, Euda, Wilma, Elma e Raimundo, que estão sempre torcendo por mim.

Também dirijo agradecimentos aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Ednalva Maciel Neves que, mesmo tendo sido procurada em fase adiantada do meu curso, aceitou acompanhar-me nessa caminhada acadêmica, me passando conhecimentos, incentivos e segurança. Agradeço, ainda, à Professora Loreley Garcia, com a qual tive a honra de pagar algumas disciplinas junto ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Subprograma UFPB/UEPB.

Meus agradecimentos a todos os amigos conquistados durante o curso, de forma especial a Dayane Gomes e Ninótica Andrade que, em razão de suas dedicação, responsabilidade e respeito, me estimularam e direcionaram meu aprendizado. Estendo meus agradecimentos a Nancy Azevedo, Secretária do PPGS, com quem mantive contato durante todo o curso, tendo sempre sido bem recepcionada pela mesma.

Agradeço de forma carinhosa a todos os garimpeiros da cidade de Junco do Seridó-PB, os quais colaboraram com minha pesquisa, posto que me receberam nos garimpos e aceitaram participar das conversas e entrevistas me fazendo relatos de toda sua atividade garimpeira.

Também elevo meus agradecimento ao Ministério Público da Paraíba, que através da então Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Janete Maria Ismal da Costa Macêdo e Fundação Escola Superior do Ministério Público, celebrou convênio de cooperação técnica com a Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, permitindo que seis Promotores de Justiça, através de seleção realizada pelo Programa de Pós-Graduação, pudessem se qualificar.

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar a realidade do trabalho de garimpeiros de caulim no município de Junco do Seridó. O mundo da garimpagem é marcado pelas relações de informalidade e precariedade. Os trabalhadores são submetidos a uma longa jornada de trabalho e a constantes condições de insegurança, sendo alvos fáceis de acidentes muitas vezes fatais. Esse problema, afeta, além dos próprios garimpeiros as suas famílias, que muitas vezes ficam desamparadas, sem qualquer tipo de benefício social. O espaço temporal da realização deste estudo corresponde ao período de junho de 2010 a setembro de 2011. Sua primeira etapa foi marcada pela coleta de uma vasta pesquisa bibliográfica relacionada ao tema. A segunda etapa correspondeu à entrada no campo para que, a partir daí, fosse possível conhecer de forma mais aprofundada a realidade do trabalho dos garimpos na cidade. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com garimpeiros, comerciantes, moradores e autoridades políticas de Junco. Os instrumentos utilizados tiveram a finalidade central de compreender como os próprios garimpeiros se veem na sua profissão e como analisam o seu universo de trabalho.

Palavras - chave: Junco do Seridó – Garimpeiro – Informalidade - Precarização.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the work reality of kaolin prospectors in the town of Junco do Seridó. The world of prospecting is well known for its informality and precariousness. Workers undergo excessively long working hours and constant unsafety conditions, being an easy target of labor accidents, most of the times the fatal ones. Not only does this problem affect the prospector but also his family as well, which becomes forsaken and are not entitled to any social benefit. This project was developed from June 2010 to September 2011. Its first step was a vast bibliographical research collect related to the topic. Its second step corresponded to entering the field of work in order to, from that point on, know deeply the work reality in the mines of the town. To achieve this, semi-structured interviews and informal talks with prospectors, local businessmen, residents and politicians from the town of Junco were held. The mentioned instruments aimed at understanding how the prospectors see themselves in their job and how they analyze their work universe.

Keywords: Junco do seridó-pro prospector-informality-precarization

LISTA DE SIGLAS

CDRM – Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

DNPM – Departamento Nacional de Produtos Minerais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 3.1 – Circunferência de abertura de banqueteta feita de forma manual.....	53
Ilustração 3.2 – Locomoção dos garimpeiros para os túneis através de carretel.....	53
Ilustração 3.3 – Extração de caulim em túnel construído de forma manual.....	54
Ilustração 3.4 – Máquina escavadeira que realiza abertura das banquetetas.....	56
Ilustração 3.5 – Garimpagem manual após abertura de banqueteta por máquina.....	56
.Ilustração 3.6 – Caixa de ferro para transporte dos garimpeiros e seus materiais para as Banquetas.....	57
Ilustração 3.7 – Profundidade de banqueteta aberta por máquina.....	57
Ilustração 3.8 – Rachadura com risco de desabamento em banqueteta aberta por Máquina.....	58
Ilustração 3.9 – Alagamento de banqueteta aberta por máquina e o garimpeiro tentando retirar a água empoçada com máquina de drenagem.....	61
Ilustração 3.10 – Tanque de decantamento.....	65
Ilustração 3.11 – Prensa para formação de blocos de caulim já beneficiado.....	66
Ilustração 3.12 – Blocos de caulim beneficiado.....	66

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	13
II- A EXTRAÇÃO MINERAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE GARIMPEIRA.....	22
2.1 - A história da garimpagem no Brasil.....	23
2.1.1 - A garimpagem até o século XVIII.....	23
2.1.2- A garimpagem entre os séculos XIX e XX.....	29
2.2- Fundamentos legais da atividade garimpeira.....	33
2.3 - Organização social nos garimpos.....	38
2.4 - Impactos da garimpagem.....	39
III- CARACTERÍSTICAS DA GARIMPAGEM DE CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ.....	42
3.1 - Junco do Seridó e a extração de caulim.....	42
3.2- As formas de garimpagem do caulim.....	46
3.2.1– Modo manual.....	50
3.2.2 – Modo semimecanizado.....	54
3.3 – O Processo de beneficiamento do caulim.....	63
3.4 – As consequências da garimpagem para a cidade de Junco do Seridó.....	67
IV- A GARIMPAGEM DO CAULIM E SUAS IMPLICAÇÕES.....	75
4.1 – Atores envolvidos na garimpagem de caulim.....	75
4.2 – A visão da garimpagem a partir dos próprios garimpeiros.....	81

4.3 - A organização social dos garimpeiros.....	87
4.4 – Impactos do ofício da garimpagem.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICAS.....	106

I

INTRODUÇÃO

Este estudo realiza uma reflexão sobre o trabalho de garimpeiros de caulim no município de Junco do Seridó, cidade que gira em torno da atividade. O universo garimpeiro representa um contexto de trabalho singular que desafia a nossa imaginação sociológica, na medida em que é recheado de especificidades. Os garimpeiros da cidade enfrentam árduas condições de trabalho, vivendo sob riscos constantes de morte, o que além de atingir os próprios trabalhadores gera consequências a toda sua família.

A figura do garimpeiro sempre foi associada à informalidade, em razão do contexto de marginalidade e ilegalidade que envolve essa forma de extração. Diferentemente dos chamados “mineradores”, sempre relacionados a um processo de trabalho formal, com empresas legalizadas frente ao governo. Assim, enquanto historicamente a garimpagem associa-se à informalidade, em oposição a ela, a mineração sempre foi sinônima de legalidade. Neste sentido, Guanés relata que “a garimpagem é entendida como um setor informal, autônomo e menos atrelado às leis e normas que controlam a produção mineral no Brasil”. (GUANÉS, 2001, p. 71).

Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) apresentar aspectos históricos da atividade garimpeira no Brasil; b) caracterizar o município de Junco do Seridó e a atividade de extração do caulim lá realizada, bem como as formas de utilização desse minério; c) analisar as condições de trabalho dos garimpeiros de caulim no Município em questão; d) entender os mecanismos para organização social dos garimpeiros do município; e) verificar quais os impactos dessa atividade na vida dos garimpeiros; f) compreender como os próprios garimpeiros veem sua ocupação.

As hipóteses iniciais dessa pesquisa pressupõem que: a) a atividade de garimpagem em Junco do Seridó vem sofrendo alterações em suas formas organizacionais, especialmente no que concerne à introdução de maquinários, o que inclusive pode trazer implicações ao trabalho nos garimpos; b) o trabalho de garimpagem em Junco do Seridó é informal, o que precariza ainda mais a ocupação.

Este estudo foi realizado no espaço temporal entre junho de 2010 e setembro de 2011. Nesse período as informações foram coletadas por meio de dados primários e secundários. Os primeiros foram conseguidos através de conversas livres com moradores da cidade e de entrevistas semiestruturadas, realizadas a partir de um roteiro de questões. Já os dados secundários foram obtidos por intermédio de documentos da Cooperativa dos Garimpeiros de Junco do Seridó- COPERJUNCO. Todo o estudo desenvolveu-se a partir de quatro etapas principais.

A primeira fase consistiu na realização de um levantamento bibliográfico. Seu objetivo foi mapear o máximo de material produzido sobre os temas: extração mineral e exercício garimpeiro no Brasil e em Junco. A busca por bibliografia deu-se em bibliotecas, em revistas *on-line* da área e sites de produção acadêmica. Ela não se restringiu apenas à primeira fase da pesquisa, mas perdurou durante todas as outras fases, com o intuito de que o referencial teórico permanecesse constantemente atualizado.

A segunda etapa da pesquisa foi marcada por visitas informais à cidade de Junco, para que houvesse uma aproximação primeira com os moradores e que, a partir daí fossem reconhecidos os atores a serem envolvidos diretamente na pesquisa e montadas as questões-chave a serem abordadas nas entrevistas, as quais foram gravadas em áudio. Por meio das conversas informais mantidas com habitantes locais, foram delimitados os possíveis entrevistados. Esses foram escolhidos levando em consideração sua relação com o garimpo e disponibilidade em participar da pesquisa. Foram eles: familiares de garimpeiros, políticos da cidade, proprietários de comércios, garimpeiros associados à COPERJUNCO e demais garimpeiros.

A terceira fase do estudo consistiu na realização das entrevistas semiestruturadas, com os atores anteriormente definidos. Nessa fase, também foi registrado, através de fotografias o dia a dia dos garimpeiros, a fim de que fossem mais bem visualizadas as condições de trabalho. A finalidade foi obter a maior quantidade de informações possíveis sobre a garimpagem em Junco, especificamente do caulim. Todos os entrevistados foram esclarecidos a respeito dos objetivos da pesquisa e informados sobre a possível divulgação pública de suas falas, tendo seus nomes reais substituídos por nomes fictícios para preservá-los, garantindo

assim o anonimato, bem como o direito a se recusar à pesquisa.

A última etapa da pesquisa foi balizada pela análise dos dados primários e secundários coletados. As falas foram categorizadas e selecionadas com base nos temas abordados.

1.1 O interesse pelo tema

Nossa aproximação com a cidade de Junco do Seridó surgiu a partir de viagens feitas para Patos, sertão da Paraíba, onde exerço o cargo de Promotora de Justiça. No caminho, sempre passo por esse local, e me inquietava ver tantos caminhões transportando minérios, sem que fosse visualizado nenhum desenvolvimento socioeconômico naquele lugar. Desde então, para tentar compreender melhor essa situação, passei a fazer pequenas paradas naquela localidade e conversar com os homens que ficavam à beira da BR-230 vendendo castanha de caju e alguns outros produtos, em menor quantidade, tais como manga, pinha, inhame, macaxeira, entre outros. Através dessas conversas, descobri que a maior parte daqueles vendedores também eram garimpeiros e só se encontravam ali em períodos chuvosos, em que as áreas de garimpo sofriam inundações, tornando-se impossível a garimpagem. Ainda acrescentavam que o principal minério daquela região era o caulim, o qual, segundo eles, era o que existia em maior abundância. Desde então, me interessei pelas histórias contadas e quando surgiu a oportunidade de ingressar no mestrado em Sociologia da UFPB logo nos veio à mente fazer um estudo sobre a situação daquele local e decidimos que o projeto de pesquisa seria voltado à verificação dos impactos ambientais da extração mineral para aquela cidade. No entanto, no decorrer do mestrado, cursamos uma disciplina chamada Sociologia do Trabalho que despertou o interesse de estudar aquela realidade sob outra perspectiva, o que fez com que o projeto inicial sofresse reformulações, e então passamos a analisar as condições de trabalho dos garimpeiros de minério de Junco.

A partir daí, passamos a fazer buscas sobre a existência de trabalhos acadêmicos referentes à atividade garimpeira daquela localidade, tendo encontrado dificuldades. E resolvemos que a solução seria ir a campo para entender melhor a realidade.

1.2- A Chegada a Junco do Seridó

Junco do Seridó é uma cidade paraibana situada a 233 km da capital do Estado, João Pessoa, e que possui uma área de 170 km². Possui vasta riqueza mineral, sendo a sua principal atividade econômica a extração mineral, por meio da garimpagem, sobretudo do caulim, um mineral de grandes propriedades naturais que serve de matéria-prima para vários setores industriais, como o caso do papel, de plásticos, produtos farmacêuticos, além de outros.

No dia 29 de junho de 2011, chegamos à cidade de Junco do Seridó para a primeira visita de campo. Sabendo que o trabalho de garimpo ali realizado é feito exclusivamente por homens, nos precavemos contra alguns problemas nos vestindo de modo adequado e também tomamos o cuidado de que nossa chegada fosse realizada de forma a não ser identificada como Promotora de Justiça, mas como pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba.

A nossa estadia se deu numa pousada que existe na cidade. Fomos recebidas por Marta, dona da hospedaria. Na oportunidade, me identifiquei como pesquisadora do curso de Mestrado em Sociologia da UFPB, explicando nosso objetivo. Na ocasião a senhora começa um relato de suma importância para nossa pesquisa. O seu relato gira em torno da história do seu pai e sua relação com a garimpagem. Ela prossegue explicando que há 20 anos, a história de vida da sua família foi marcada por um terrível acidente com seu pai, que veio falecer vítima de um desabamento da banqueta¹ onde trabalhava. No mesmo acidente, dois outros garimpeiros também se feriram gravemente e até hoje sofrem com sérios problemas nas pernas. Esse acidente desencadeou mais um desastre na sua família – a sua mãe, que estava com cinco meses de gravidez, não conseguiu superar a morte do esposo e com um mês e dezesseis dias após morte do marido também faleceu, deixando seis filhos, sendo duas mulheres e quatro homens, todos ainda crianças, os quais foram criados por seus avós maternos. Continua seu desabafo contando que aos 11 anos de idade teve que sair da zona rural do Junco do Seridó e veio morar na cidade para trabalhar como doméstica em casas de família. Dessa forma, teria condições de ajudar financeiramente no sustento de seus irmãos, o que também aconteceu com sua outra irmã. Dos seis irmãos, apenas ela e um irmão de nome Juca continuam morando em Junco do Seridó, os demais moram hoje em Campina Grande, onde tentam sobreviver com outras ocupações, procurando escapar do trabalho no garimpo.

¹ Banqueta são os locais de realização do garimpo. Mais à frente será explicado com mais detalhes.

Entretanto, Marta me contou que o irmão Juca, hoje com 33 anos de idade, mesmo tendo sido afetado de forma indireta pelo trabalho inseguro no garimpo, tornou-se um garimpeiro, pois foi a forma que encontrou para sustentar seus cinco filhos menores. Tendo contado um pouco da história de seu irmão, pedi para que se possível, ela me colocasse em contato com ele. O que foi feito. Já na primeira vez que conversamos, percebi que apesar de pouco estudo, é uma pessoa esclarecida, emprega muito bem as palavras e possui uma visão bastante crítica das coisas, especialmente do trabalho no garimpo e da forma como a cooperativa da cidade procede frente a essa situação.

Com relação a sua vida no garimpo, Juca falou que desde pequeno trabalhava com seu pai nas banquetas. Disse ainda que sempre trabalhou na mineração em outros Estados, especificamente no Estado de Pernambuco, mas que há aproximadamente cinco anos resolveu vir trabalhar em sua terra natal. Também disse que já tinha visto vários amigos morrerem de acidente nas “banquetas”. No entanto, ele me relatou que nos últimos meses estava afastado do trabalho no garimpo, pois o local onde ele exercia o garimpo havia sido interditado pelos fiscais do Departamento Nacional de Produtos Minerais - DNPM, sob alegação de que não havia autorização para garimpagem. Diante dessa situação, por necessidade, teve que arrumar outras formas de ganhar dinheiro e, assim, transformou o carro da família numa espécie de “táxi” para poder sustentar sua esposa e seus filhos. O relato desse fato me despertou a idéia de ele poder me ajudar no acesso aos locais de garimpagem, já que além de conhecedor da região, conhecia de perto os atores envolvidos na minha pesquisa. É importante assinalar que o irmão de Marta se tornou peça chave nessa pesquisa, pois serviu como passaporte aos locais de garimpagem, aos garimpeiros e às famílias de garimpeiros daquela localidade, em virtude de ser uma pessoa bastante conhecida na cidade.

No primeiro dia da minha estadia em Junco, fui informada de que iria haver uma festa tradicional na cidade em comemoração ao dia de São Pedro. Resolvi ir até o local a fim de observar e manter certa aproximação com o povo daquela região. No dia seguinte, fui tomar café da manhã numa barraca que se situava próxima à pousada. O proprietário do estabelecimento era uma pessoa idosa que parecia morar ali há muito tempo, pois muitas pessoas se dirigiam a ele com intimidade, então, imaginei que ele pudesse conhecer algumas histórias importantes sobre a garimpagem em Junco. Dirigi-me a ele, tentando desenvolver uma conversa sobre o assunto, e perguntei sobre o que sabia a respeito da garimpagem de caulim no local, mas não obtive resposta, imperando o mais absoluto silêncio. Após algum

tempo ele perguntou-me apenas quem eu era e de onde vinha e, mesmo eu dizendo que era uma pesquisadora da Universidade, ele nada me respondeu sobre a minha indagação. Foi aí que percebi quão delicado era falar sobre as questões relacionadas ao trabalho do garimpo na cidade.

1.3- A Entrada no Garimpo

No segundo dia que passei na cidade, tive meu primeiro contato com as áreas de garimpo. Acompanhada de Juca, fiz aquela primeira visita, assim como todas as outras que sucederam na minha pesquisa. Os primeiros garimpos visitados estavam localizados na área denominada Noruega². Ele me explicou que o caulim extraído daquela área é um dos mais disputados no município por ser puro, sem que haja muita mistura de pedras e outras substâncias. Percebi que naquele dia não havia nenhum homem trabalhando, e o garimpeiro relembrou a história que havia me contado anteriormente, afirmando ser aquele o local da interdição. Para chegarmos junto ao garimpo, tivemos que deixar o carro e seguir a pé, devido às dificuldades de acesso à área em carros pequenos.

Consegui identificar já nessa primeira visita que existem dois tipos de lugar onde se realiza a extração: o primeiro em banquetas e o segundo em galerias. De forma objetiva e rápida, o experiente garimpeiro me explicou que a diferença entre as duas consiste no fato de que a banqueta tem a forma de um buraco, podendo, inclusive, surgirem túneis; e a galeria tem o formato de um corredor. Nesse mesmo dia, também conheci uma área de decantamento³, e compreendi que o procedimento ali realizado correspondia ao beneficiamento do caulim para retirar as impurezas.

No dia seguinte, voltamos novamente à região da Noruega, desta vez em locais onde havia homens trabalhando. Visitamos algumas banquetas abertas manualmente, as quais se encontram desativadas; e quatro banquetas, abertas com máquina escavadeira, hoje chamadas pelos garimpeiros do local como “banquetão”, as quais estavam em plena atividade. Em cada banqueta havia cerca de quatro a seis homens trabalhando. A principal diferença visual que destaquei naquele primeiro momento, foi que através das banquetas abertas com máquinas, os

² As divisões das áreas de garimpagem no Junco do Seridó serão explicitadas e detalhadas no terceiro capítulo desse trabalho.

³ Esse procedimento será mais bem detalhado no terceiro capítulo.

garimpeiros são vistos da parte de cima, diminuindo dessa maneira os riscos de acidentes, enquanto nas banquetas abertas manualmente, o buraco é feito para passar um homem de cada vez, e todo processo acontece de forma subterrânea, sendo mais propício a desastres.

No segundo dia hospedada em Junco, resolvi fazer uma visita à Sede da Cooperativa de Garimpeiros – COOPERJUNCO, que fica localizada na cidade. O objetivo era manter contato com a presidente, e assim entender melhor como funcionava o regimento daquele local, mas como era feriado, a cooperativa encontrava fechada. No entanto, assinale aqui que, durante toda a minha pesquisa de campo, tentei sem êxito, manter contato com a dirigente do órgão. Assim, acabei entrevistando outros atores cooperados, que me foram de grande valia para esclarecer como funcionava a cooperativa.

1.4- Os informantes

Nesse tópico, relacionamos os atores existentes na minha pesquisa de campo, desde os envolvidos indiretamente, até os envolvidos de forma direta no “mundo” da garimpagem. Nas conversas informais e entrevistas semiestruturadas, foram relatadas histórias e fatos sobre: tragédias familiares (acidente e perdas de entes queridos), condições indignas de trabalho, a ausência de perspectiva de exercer outra profissão, a geração de riqueza do caulim em contraponto à falta de desenvolvimento municipal, problemas de saúde, entre outros.

Relação de atores envolvidos na pesquisa⁴

NOME	PROFISSÃO
Marta	Comerciante
Juca	Garimpeiro
Pedro	Garimpeiro
Paulo	Garimpeiro
Luís	Garimpeiro
Beto	Garimpeiro
Carlos	Comerciante
Jorge	Garimpeiro
Marcelo	Garimpeiro
Celso	Político

⁴ Os nomes apresentados nesse quadro são fictícios, para que seja preservada a identidade dessas pessoas.

Helena	Dona de casa
--------	--------------

Os informantes acima têm idade entre 19 e 60 anos, com renda familiar de aproximadamente um salário mínimo. Todavia, um deles está se tornando o que hoje se considera “garimpeiro empresário”, de modo que está realizando abertura de uma galeria, a qual comportará a colocação de quatro guinchos, e que certamente contratará garimpeiros para a extração do caulim. Convém informar ainda, que entre os informantes acima, um deles chegou a Junco do Seridó há quarenta anos, sendo natural do Recife-PE.

Cabe ressaltar que não encontramos um registro ou indicadores sobre a população de garimpeiros no Junco do Seridó, o que verificamos entre eles é que persiste uma tradição de herança familiar e poucos são os que escapam desta trajetória laboral. A complexidade desta realidade fica visível quando se pensa em saúde, em termos de acidentes e mortes na atividade do garimpo; estes são registrados como eventos que ocorrem no trabalho agrícola. A Cooperativa conta com o registro de 150 membros associados, porém a maioria dos associados está ligado ao garimpo da rocha quartzito.

1.5 – Apresentação da dissertação

Este trabalho consiste fundamentalmente na busca de elementos para uma reflexão sobre o trabalho dos garimpeiros de caulim no município de Junco do Seridó-PB, no sentido de verificar se naquele ambiente a atividade de garimpagem sofreu alterações em sua forma organizacional após a introdução de maquinário, bem assim se o trabalho ali é informal e precário.

Assim, no primeiro capítulo realizamos uma introdução aos temas abordados ao longo do trabalho, mencionando questões relativas à entrada no campo de pesquisa. Num segundo momento, serão abordadas questões relativas ao garimpo, seu surgimento e características principais. O terceiro capítulo retratará características do município, abordando desde sua formação histórica até os seus dados socioeconômicos. Também serão apresentados aspectos

da extração do caulim em Junco do Seridó, especialmente no tocante aos seus métodos de garimpagem, de modo a traçar um panorama geral a respeito da atividade de extração do minério Caulim na cidade em questão. O quarto capítulo reflete sobre os atores envolvidos na garimpagem, sobre a visão que os próprios garimpeiros têm de sua profissão, sobre a organização social dos garimpeiros de Junco, e os impactos do ofício. Nesses dois últimos capítulos será exposto e analisado todo o material coletado a partir das visitas ao campo de pesquisa, especialmente as entrevistas concedidas por atores-chaves do processo de extração mineral do caulim em Junco do Seridó, tais como: garimpeiros, familiares de garimpeiros (sobretudo pessoas que perderam entes queridos durante a realização da atividade de garimpo), pessoas que exercem atividades de “chefia” dentre os garimpeiros, motoristas que realizam o transporte do caulim extraído, poder executivo da cidade, profissionais envolvidos com a cooperativa.

II

A EXTRAÇÃO MINERAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE GARIMPEIRA

A extração mineral consiste em um mecanismo para exploração de recursos minerais existentes no meio ambiente, geralmente com o intuito de utilizá-los como matéria-prima nas indústrias ou mesmo para o consumo imediato. Dada sua natureza, essa atividade tende a promover mudanças no local onde é exercida. A forma como o extrativismo é praticado varia de acordo com a tecnologia empregada, podendo ser realizado em grupos ou individualmente, de maneira manual ou por intermédio de equipamentos sofisticados.

Costuma-se chamar de garimpo as formas mais rudimentares de extração mineral, geralmente, realizadas em áreas remotas, distantes dos centros urbanos. O trabalhador responsável por essa prática é conhecido como garimpeiro, categoria que inclui “todo trabalhador que presta serviços de extração mineral em cooperativas de garimpeiros ou que produza individualmente substâncias minerais.” (TEIXEIRA & LIMA, 2004, p. 1)

Peixoto (2005) reitera que

[...] o garimpo é uma forma de extrair riquezas minerais (pedras preciosas e semipreciosas são mais comuns) utilizando-se, na maioria das vezes, de poucos recursos, baixo investimento, equipamentos simples e ferramentas rústicas. Segundo a legislação brasileira vigente sobre mineração, a atividade garimpeira é considerada uma forma legal de extração de riquezas minerais desde que atenda a determinadas regras e obrigações. É facultado a qualquer brasileiro ou cooperativa de garimpeiros que esteja regularizado no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão no país que controla todas as atividades de mineração. (PEIXOTO, 2005, p.1)

No Brasil, o garimpo está devidamente permitido a qualquer brasileiro, bem assim as cooperativas de garimpeiros, porém estes têm que estar devidamente autorizados pelo órgão governamental competente.

Bittencourt (2009) salienta que, comumente, os garimpeiros exploram um espaço físico sob que não é propriedade sua, que não lhes pertence, a partir de acordos tecidos com os

donos da terra, inexistindo por parte de ambos uma preocupação tácita com as questões sociais e ambientais que envolvem a localidade explorada, já que os custos posteriores à exploração, à exceção dos relativos ao exercício imediato da atividade, são altos. Além do mais, tradicionalmente os garimpeiros permanecem na terra explorada até que o minério a cuja extração se dedicaram, esteja esgotado.

Por sua vez, Guanaes (2001) ressalta que a garimpagem é um meio de exercício informal da mineração que em muito se diferencia da mineração formal, comumente, exercidas por empresas públicas e privadas. Assim, de modo geral, “a garimpagem é entendida como um setor informal, autônomo e menos atrelado às leis e normas que controlam a produção mineral no Brasil.” (GUANAES, 2001, p. 71)

Higuchi & Fonseca (2004) relatam que o trabalho no garimpo é bastante desgastante para o trabalhador, o qual é exposto aos agentes da natureza e carece de assistência médica regular. Além disso, a maioria dos garimpeiros são trabalhadores braçais, que possuem baixo grau de escolaridade. Por esses motivos, o garimpo tende a aparecer envolto por relações de informalidade e ilegalidade.

Frente à situação exposta, este capítulo tem o objetivo de discutir aspectos relacionados à atividade garimpeira. Inicialmente será traçada uma retrospectiva histórica sobre a extração mineral no Brasil. Em seguida, serão retratadas as condições de trabalho nos garimpos, abordadas questões relativas à organização social dos garimpeiros, e por último, serão indicados impactos da atividade causados à saúde do trabalhador garimpeiro, já apresentado na literatura sobre o garimpo.

2.1 - A história da garimpagem no Brasil

2.1.1 - A garimpagem até o século XVIII

A história da mineração no Brasil está imbricada com a história do próprio país, pois a economia brasileira possui relação estreita com a atividade de extração mineral, que desde o período colonial é responsável pelo sustento econômico de inúmeras famílias. Desse modo, após um primeiro momento de exploração das riquezas agrárias, o chamado ciclo do açúcar, os nossos “colonizadores” voltaram-se a extração de minérios como forma de manutenção de seu ganho de capital, deslocando o polo econômico da Colônia, que até então tinha como base a produção açucareira da Região Nordeste. E, rapidamente, a produção do ouro, sobretudo na região das Minas Gerais, tornou-se um sustentáculo da economia portuguesa.

A atividade de extração mineral no Brasil, que remonta à época colonial, tem como marco histórico o final do século XVI, quando na então Capitania de São Vicente foi encontrada a primeira jazida de ouro que propiciou ao país a inicialização da atividade de exploração mineral, ainda que de modo primário e que, em face da baixa rentabilidade, foi ligeiramente abandonada. Mas foi no século XVII que a extração mineral, marcada especialmente pela extração de ouro e diamantes nas regiões correspondentes ao atual Estado de Minas Gerais, adquiriu maior espaço no cenário brasileiro, ainda que as ferramentas utilizadas não tenham se modernizado.

Costa (2007) retrata que a busca de ouro e pedras preciosas no Brasil aconteceu logo após o descobrimento, quando foram realizadas expedições de pesquisa mineral promovidas pela metrópole, e então surgiram vários aventureiros, indivíduos que por si próprios enfrentavam os riscos do sertão em busca de riqueza.

Germani (2002), ao traçar um retrospecto histórico da mineração no Brasil, afirma que no início as técnicas e ferramentas utilizadas para extração mineral eram bastante rudimentares, devido ao tímido desenvolvimento tecnológico da época, especialmente no que diz respeito ao material para atividade extrativa. Segundo esse autor

O ouro e os diamantes dos aluviões eram retirados manualmente com pás, lançando-se em calhas, depois bateados, sendo que os rejeitos eram lançados manualmente em locais próximos. [...] o minério era em seguida carregado igualmente por pás em carrinhos de mão. [...] O transporte mais longo era feito em carroções por tração

animal. As aberturas eram sempre de seções acanhadas, pouco iluminadas, dificultando o trabalho e causando danos à saúde dos operários (a maioria escravos) que nelas trabalhavam. A falta de conhecimento geológico dificultava sobremaneira o trabalho. Naquele tempo, tudo era muito rudimentar, sendo a perfuração das rochas sempre feitas com ponteiros e marretas e utilizando-se pólvora caseira até além do último lustro do século XIX. (GERMANI, 2002, p.7-8)

Arnaut et al. (2009) e Costa (2007) asseguram que por volta dos anos 1680 ao serem descobertas as primeiras jazidas de ouro em Minas Gerais, teve início o primeiro ciclo do ouro, que durou cerca de cem anos e foi marcado pela extração exploratória e predatória do ouro, do diamante e das pedras preciosas. Desde a descoberta do ouro, essa região, antes deserta, foi sendo gradativamente povoada de acordo com o ritmo imposto pelo desenvolvimento da atividade extrativa. Essa crescente urbanização das Minas Gerais foi incentivada pelo Estado com a finalidade de que o recolhimento das taxas fiscais fosse facilitado.

Um pouco mais tarde, em 1700, adotou-se o sistema de tributação do quinto, por intermédio do qual se exigia do minerador o pagamento à Coroa de vinte por cento do ouro apurado e, assim, o Reino assegurava parte importante da produção mineral que então se iniciava. Amade (2006) destaca que

A mineração era, no entanto, pouco familiar a Portugal: a presença de ouro e pedras preciosas era uma realidade ímpar para a Metrópole, que nunca se vira às voltas com sua exploração sistemática, dessa forma, foi desenvolvido quase às pressas um sistema fiscal impiedoso, destinado a assegurar à Coroa a posse dos ouros e diamantes gerados. (AMADE, 2006, p.16)

A partir do início do século XVIII, a mão de obra indígena, até então utilizada no setor de extração mineral, foi progressivamente sendo substituída pela mão-de-obra africana, utilizada especialmente nas grandes minas, já que as pequenas ficavam a cargo das explorações individuais por garimpeiros.

Entre outras razões, a troca se dava pela prática da extração já adquirida na África pelos negros. Este fato, somado ao rápido aumento da escala de produção, fez com que o preço dos escravos subisse a níveis então nunca vistos. Minas Gerais passou a contar com o maior contingente de escravos do Brasil.

Em minas razoavelmente grandes, a exploração era feita de forma organizada, reunindo-se, sob uma única direção, numerosos trabalhadores, geralmente escravos,

que utilizavam instrumentos especializados. As lavras menores, com baixa perspectiva de produção, bem como aquelas abandonadas após estarem praticamente esgotadas, eram exploradas individualmente, com recursos e instrumentos precários. (COSTA, 2007, p. 252)

Dessa forma, a descoberta de ouro e diamantes na região das Minas Gerais, durante o século XVIII, foi responsável por uma verdadeira corrida rumo às pedras preciosas, que trouxe para a região cerca de 600.000 homens da metrópole juntamente com seus escravos, além de desertores de outras cidades, em especial do Rio de Janeiro e Santos. Nas Minas Gerais criou-se uma estrutura organizacional que além do binômio senhores/escravos, já existente na sociedade açucareira, vivenciou a emergência de outras categorias sociais cujos representantes nem eram escravos nem tampouco senhores. Trata-se de homens livres e pobres, cujo maior exemplo é a figura do garimpeiro, que em meio à abundância de terras e através da utilização de técnicas rudimentares, resolveram desbravar o sertão rumo à obtenção de riquezas. (AMADE, 2006)

Logo, os novos integrantes das Minas Gerais passaram a viver sob o controle atento da Coroa Portuguesa, que como meio de domínio da produção mineral da Colônia, apostou na urbanização dos sítios produtores e na instituição de normas rígidas de fiscalização, aplicando penas aos infratores, pois “A partir do momento em que a metrópole tomou conhecimento da existência do ouro, ela imediatamente procurou introduzir um regulamento nas minas, objetivando, sobretudo, garantir a parte que deveria caber à Coroa.” (BITENCOURT, 2009, p. 28)

Diante de tal situação, os novos trabalhadores das minas viram-se forçados a procurar lugares longínquos para esconderem-se e neles praticarem a atividade mineradora, distante das autoridades da Metrópole porque excluídos das concessões oficiais, os garimpeiros “procurariam os locais mais isolados para tentar a sorte, longe dos olhos do Fisco. Extremamente carentes de recursos, foram quase sempre duramente perseguidos pela administração colonial.” (COSTA, 2007, p. 254) Talvez por isso a ideia de garimpagem tenha, desde o início, denotado ilegalidade.

O termo garimpeiro emergira na região das minas em inícios do século XVIII e designava aqueles que, desrespeitando a legislação da coroa portuguesa, mineravam as

jazidas localizadas em pontos ermos do território, escondidas nas “grimpas” das serras. Neste sentido, a própria etimologia da palavra garimpeiro já denotava ilegalidade, marginalidade e repressão da força de trabalho. (COSTA, 2007, p. 254)

Amade (2006) relata a situação dos garimpeiros da seguinte maneira:

No século XVII e XVIII o garimpeiro foi tratado ao sabor dos humores dos intendentos e ouvidores, ora ferozmente caçado pelos capitães-do-mato, ora tolerado como minerador, permitindo-se até mesmo ao garimpeiro residir nas vilas, sempre clandestino. Diferenciou-se do minerador não pelo modo como extraía o bem mineral, ambos braçais e de pouca técnica, mas pela condição de ilegalidade. Como desclassificado, situava-se à margem de qualquer possibilidade de acumular capital. (AMADE, 2006, p. 17)

Por sua vez, Santos (1924) relata assim a condição dos garimpeiros:

O garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se, ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina [...] era, finalmente, o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna numa vida cheia de riscos, perigos e emoções (SANTOS, 1924, p. 403).

A condição de ilegalidade, à qual historicamente a figura do garimpeiro esteve submetida, propiciou a formação de uma dicotomia interna no sistema de extração mineral e, que de certo modo, perdura na atualidade: a separação entre os mineradores (representantes da mineração organizada, de alta capacidade produtiva e econômica e em situação de regularidade para com as exigências da lei, por meio do pagamento de impostos, taxas etc.) e os garimpeiros (que exercem a extração de modo ilegal por não cumprirem com as determinações legais.)

Costa (2007) afirma que desde o século XVIII a história dos garimpos de ouro e diamante no Brasil, foi marcada por conflitos com o poder da Coroa. Esses representavam uma situação de ilegalidade, frente às tentativas de controle da extração de recursos minerais por parte do Estado, e por isso viviam sob a tentativa constante de eliminação ou incorporação às regras legais.

Em muitos aspectos cruciais, o Estado conhecia (e conhece) relativamente pouco acerca da composição social, das intenções, das posses, da localização e da própria identidade dos garimpeiros. Daí o privilégio aos empreendimentos mineradores de larga escala, cuja visibilidade e permanência garantiam maior controle, e às tentativas continuadas de combater e eliminar ou, inversamente, incorporar o garimpo à ordem legal. Nem por isso o garimpo deixou de florescer à margem dos contornos da economia formal. (COSTA, 2007, p. 250-251)

Mas a história do garimpo no Brasil não é marcada apenas pelas perseguições estatais. Desde seu surgimento, ela é atravessada por ambiguidades em relação ao estatuto imposto pelo Estado. Houve momentos em que a atividade garimpeira foi incansavelmente perseguida pelos órgãos fiscais, dada sua condição de ilegalidade. Porém, existiram momentos outros em que foi tolerada e até estimulada enquanto geradora de empregos e riquezas à Nação⁵.

Como já dito, foi no século XVIII que, conforme aponta Barreto (2001), ocorreu o primeiro grande *boom* mineral, responsável pelo estabelecimento das bases para a constituição do setor mineral brasileiro e por colocar o Brasil na posição de primeiro grande produtor mundial de ouro. No entanto,

Após quase um século, começou o processo de declínio do nosso primeiro ciclo do ouro. Acreditava-se que as jazidas superficiais tinham-se esgotado e os esforços foram então redirecionados para a criação de condições para a instalação das grandes empresas estrangeiras, que na época eram as inglesas. Assim, inicia-se, sem muito sucesso, durante o século XIX, um novo ciclo com a procura de jazidas primárias de ouro. (BARRETO, 2001, p. 5)

Nas últimas décadas do século XVIII começou a haver uma decadência dos núcleos de extração mineral, o que pode ser atribuído a diversos fatores, tais quais: legislação repressora, administração ineficiente das minas, o uso de técnicas e ferramentas inadequadas, o declínio do ouro aluvionar.

A diminuição do ritmo de extração de ouro e, concomitantemente a isso, a queda nas taxas de arrecadação tributária da Coroa, foram justificados por esta como consequência do contrabando do mineral. Como solução, o Estado português apostou no aumento da repressão

⁵

Essa questão será mais bem apresentada no tópico abaixo.

ao contrabando e à extração ilegal. Também foi fundada em 1776 a Real Academia de Lisboa, responsável pela produção de obras que refletiam sobre a decadência da atividade mineral e que propunham a formação de associações de mineração para exploração das riquezas minerais.

2.1.2- A garimpagem entre os séculos XIX e XX

Costa (2007) assinala que após as reflexões tecidas pela Real Academia de Lisboa foi criado no início do século XIX, mais precisamente em 1803, um alvará que estimulava a formação de associações de mineração. A partir de então, também foram realizados estudos científicos das principais áreas de extração do Brasil e introduzidas novas técnicas para extração do ouro. Mais tarde, em 1817 foi lançado um estatuto para mineração e

A partir daí, dá-se início a prospecção do ouro, privilegiando grupos capitalizados e marginalizando o pequeno proprietário de minas e conseqüentemente a mão-de-obra mineradora. Passa-se de uma exploração aluvionar e predatória das jazidas a uma extração mais organizada em função de uma racionalidade econômica maior, sobressaindo-se os investimentos ingleses. (COSTA, 2007, p. 257)

Em 1824, através da promulgação de um novo decreto, foi permitida a exploração das jazidas brasileiras pela Inglaterra e instalaram-se no país diversas companhias de mineração inglesas que utilizavam de mão de obra essencialmente escrava. Nessa época também se instalaram no Brasil empreendimentos de mineração que contavam com noções de engenharia e geologia. Mais tarde, em 1876, na cidade de Ouro Preto, foi fundada a primeira Escola de Mina do País. A introdução desses novos conceitos na área da extração mineral foi responsável por propiciar uma diferenciação ainda maior entre o garimpo e a mineração, que além da condição de ilegalidade ou legalidade, passaram a distinguir-se por intermédio do uso ou não das novas tecnologias.

Em 1888, quando foi decretada a Lei Áurea, que promulgou a abolição da escravatura, foram introduzidas mudanças no setor mineral, que deixa de se valer da mão de obra escrava e

a ter que arcar com os custos de um trabalhador assalariado. Já os negros, que são excluídos do processo de trabalho nas minas, transformam-se, em grande escala, em garimpeiros clandestinos.

Costa (2007) ressalta que por meio da Constituição de 1891 foi estabelecido o direito fundiário para a mineração, dando direito aos proprietários de terra a usufruírem das minas existentes nela. Isso obrigava os mineradores “a adquirir terras onde pudesse haver jazidas ou tinham que promover acordos com os proprietários. Esta necessidade de acordos esteve presente em dispositivos constitucionais durante toda a vida republicana brasileira.” (COSTA, 2007, p.258-259)

Todavia, as medidas tomadas pelo governo, tendo em vista a recuperação do setor mineral não surtiram grandes efeitos positivos. Desde o final do século XIX a extração mineral vem perdendo importância no cenário econômico brasileiro, que passou a ter como sustentáculo a produção de café. Nesse período de declínio da atividade mineral o garimpo torna-se quase invisível frente às preocupações do Estado.

Apenas em 1930, durante o governo Getúlio Vargas, a questão mineral recebeu um novo direcionamento. Segundo Arnaut et al. (2009), nesse governo a mineração começou a receber significativos investimentos. Como exemplo desse momento, é válido destacar a criação da Companhia do Petróleo do Brasil, em 1931. Além disso, quatro anos mais tarde, foi promulgado o primeiro Código de Minas, por intermédio do Decreto de número 24.642, de 1934. Através dele, foi estabelecida uma política mineral ampla que separava o direito a exploração do solo e do subsolo e que, institucionalmente, reconheceu a garimpagem e definiu seu espaço de atuação (a garimpagem seria permitida em terras particulares, desde que seus donos permitissem). Amade (2006) destaca que, o bem mineral

Permanecia, porém, vinculado à propriedade da terra, uma vez que ao proprietário superficiário era assegurada a prioridade na exploração do bem mineral. Por sua vez, o garimpador/faiscador foi caracterizado pela natureza do seu trabalho, ‘sempre por conta própria’ e pelo uso de instrumentos ou máquinas simples. Para exercer seu ofício era indispensável a autorização do dono da terra. (AMADE, 2006, p. 18)

Como aponta Barreto (2001) a partir dos anos 1950, após a Segunda Guerra Mundial, começou-se a delinear o segundo ciclo mineral, responsável pela construção de grande parte do atual parque mineral brasileiro, balizada pelas descobertas, em diversas regiões do território nacional, sobretudo na Amazônia, de elementos minerais como o manganês, as jazidas de ferro, o carvão, as minas de cobre e de chumbo, o caulim, o fosfato, o zinco, dentre outros. Com isso, outros minerais, para além do ouro, começaram a ganhar espaço no cenário nacional e mundial. Nesse contexto, emergiu um novo padrão de garimpagem que se diferencia do antigo, extremamente baseado em métodos de extração rudimentar e na produção em pequena escala. Surgem garimpos bastante antenados com as inovações tecnológicas e com as novas formas de relações de produção.

Em 1968, durante o regime militar, o Código de Minas foi transformado, dificultando ainda mais o exercício legal da atividade garimpeira. Sobre ele, Costa (2007) afirma que

O Código de 1967 definia que a realização das atividades de garimpagem, fiação e cata dependia de permissão do governo federal, além disso, proibia os trabalhos de garimpagem em terras e águas do domínio público. O artigo 75, de modo semelhante, restringia o acesso ao subsolo, com a proibição da garimpagem em áreas de concessão para pesquisa ou lavra. O mesmo Código, em seu capítulo II, criava imensas facilidades para a requisição de áreas de pesquisa para pessoas jurídicas. [...] Com isso, as oportunidades abertas à atividade garimpeira tornavam-se, do ponto de vista legal, extremamente restritivas. As áreas reservadas à garimpagem pela legislação anterior foram canceladas. Existia, ainda, um outro recurso no artigo 113 da regulamentação do Código Mineral de 24 de junho de 1968, que controlava ainda mais a atividade garimpeira e que atribuía ao ministro das Minas e Energia fechar certas áreas de garimpagem. (COSTA, 2007, p. 262)

Com a Constituição de 1988 os bens minerais passaram a ser considerados propriedade do Estado, mas foi resguardado ao proprietário da terra o direito a participação nos lucros do minério. O sistema de contratos informais entre os garimpeiros e os proprietários da terra, como meio de burlar a legislação, foi intensificado, e o número de garimpeiros no Brasil aumentou significativamente.

A década de 1980 foi marcada pela descoberta de importantes jazidas minerais, dentre as quais se destacaram as de Serra Pelada, no Pará. O garimpo de Serra Pelada atraiu grande

número de garimpeiros num pequeno espaço de tempo. Sobre isso, Bitencourt (2009) expõe que

A atividade garimpeira [em Serra Pelada] convocou um grande contingente de trabalhadores, principalmente de imigrantes do Nordeste. O garimpo em Serra Pelada passou a fazer parte das opções dos marginalizados pelo processo socioeconômico brasileiro, que tentavam encontrar modos de sobrevivência no garimpo. A expansão garimpeira também contribuiu de maneira direta para a disseminação de doenças na região, como a malária, tanto em função do aumento da população nas áreas de risco, pelas precárias condições sanitárias do garimpo, como pela constante migração de seus habitantes. As condições infra-humanas de Serra Pelada foram projetadas ao mundo em 1985, causando espanto e, provavelmente, fixando essa imagem como definidora do tipo de trabalho do garimpo. (BITENCOURT, 2009, p. 29)

Mediante a grande produtividade e a exposição da má qualidade das relações de trabalho em Serra Pelada, o governo federal tomou medidas visando o estabelecimento de um maior controle da extração mineral na região. Dentre elas, é possível citar as medidas de controle do acesso ao garimpo, o monopólio da compra do ouro produzido pela Caixa Econômica Federal, maior policiamento na área e a perda do direito dos proprietários da terra à porcentagem do ouro extraído.

Costa (2007) revela que em 1983, houve o I Encontro do Ouro que tinha como finalidade traçar as bases para a política mineral, a partir do impacto gerado por Serra Pelada. O documento construído a partir do evento reconhecia a eficiência dos garimpeiros na exploração mineral, embora não a considerasse como uma atividade ideal para extração mineral. De qualquer modo, tendo em vista o aumento da produção do ouro o garimpo passou a ser tolerado como uma alternativa a um problema maior, o desemprego. Essa nova forma de encarar o garimpo propiciou o surgimento da figura do “garimpeiro empresário”, um empreendedor mecanizado contratante de outros garimpeiros.

No entanto, o governo não conseguiu aumentar significativamente a extração do ouro no Brasil por intermédio do trabalho dos garimpeiros e estes passaram, novamente, a ser tratados como um problema à nação.

Assim, durante o resto da década de 1980, o garimpo passa a ser visto novamente pelo Estado como um problema de múltiplas dimensões. Encarado como um acidente social e foco potencial de agitação, o garimpo deveria, na melhor das hipóteses, ser transformado em um outro tipo de estrutura social, como uma cooperativa ou mesmo

uma pequena empresa de mineração. Outra hipótese era a sua eliminação definitiva. (COSTA, 2007, p. 268)

Atualmente, de modo geral, a visão em relação à garimpagem não sofreu muitas alterações, mas a organização da atividade transformou-se consideravelmente. Os garimpos basicamente artesanais, cuja produção era apenas voltada à subsistência não mais representam por completo a realidade dessa atividade, que está cada vez mais mecanizada, repleta de novas formas de organização do trabalho e da gestão dele.

Atualmente, a atividade garimpeira de ouro no Brasil, principalmente a de extração aluvionar, continua como um importante segmento da mineração, tanto do ponto de vista da produção aurífera²⁰ como o da absorção de mão-de-obra. Nos últimos quinze anos, ocorreram transformações profundas na organização da atividade. Os garimpos artesanais de subsistência praticamente desapareceram, emergindo um tipo estruturado em bases quase empresariais. Estes novos garimpos são mecanizados, caracterizando novas relações de trabalho em sua divisão, organização e gestão. (COSTA, 2002, p. 30)

Outros aspectos da garimpagem serão mais bem retratados no tópico abaixo.

2.2- Fundamentos legais da atividade garimpeira

Conforme explicita Bittencourt (2009), o exercício da garimpagem foi definido legalmente em 1989, através da Lei Federal n. 7.805, como “uma atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis executada no interior de áreas estabelecidas para este fim. O garimpo é definido por essa lei como o local onde ocorre a extração de minerais garimpáveis.” (BITTENCOURT, 2009, p. 30). Ele opera verdadeiras transformações econômicas, ambientais e culturais onde é praticado, podendo até fazer surgirem e desaparecerem cidades, já que em sua maioria os garimpos se iniciam com uma pequena quantidade de pessoas e, aos poucos, vai concentrando mais garimpeiros nos arredores das regiões de extração.

O garimpo é considerado um agente transformador das regiões e cidades onde está inserido de modo a interferir na economia, cultura e sociedade como um todo. A importância da atividade para as regiões onde se localiza é de tal forma a fazer surgir

idades inteiras em poucos dias, ou de desaparecê-las subitamente. A idéia de mudança, inconstância e alta rotatividade são portanto elementos constantemente presentes no cotidiano do garimpeiro. Devido a isso, o antropólogo, ou qualquer outro cientista social que se proponha estudar o garimpo, esbarra-se em contradições, ambigüidades e processos conflituosos que limita inicialmente uma tentativa de classificação. (GUANAES, 2001, p. 71-72)

Guanaes (2001), a partir de um estudo realizado com garimpeiros da Chapada Diamantina, pondera que mesmo alguns garimpeiros autodenominando-se homens autônomos e livres e julgando que a escolha da atividade garimpeira foi feita para livrar-se do trabalho assalariado, não tendo horários nem patrões, esse discurso não condiz com a realidade nos garimpos, pois até os garimpeiros que são proprietários do garimpo estão submetidos às normas e oscilações do mercado local e da legislação que rege a atividade.

O fato é que desde o seu surgimento, a atividade garimpeira esteve imersa na informalidade, isto é, ausente das garantias formais oferecidas pelo Estado e à margem da ordem legal constituída. Costa (2002) destaca que essa condição de marginalidade foi fundamental para formação do ambiente de trabalho nos garimpos. Isso porque a sua organização foi estruturada sempre de modo provisório, seja devido à imprevisibilidade gerada pelas fiscalizações do governo, seja por causa das características que são próprias a atividade (a permanência na área explorada limitada pelo esgotamento do mineral). A garimpagem convive intensamente com a instabilidade e a incerteza, seu horizonte temporal é reduzido, o que inibe os investimentos com base em capital fixo de longo prazo. Por outro lado, longe das regulações estatais, os acordos contratuais são dependentes de um alto grau de confiança entre os garimpeiros. No entanto, essa relação de confiança é restrita à situação de acordos interpessoais, porque o ambiente do garimpo é marcado por elevado potencial de conflito e desconfiança, dada a situação de informalidade. Desse modo,

Se por um lado a atividade garimpeira se desenrola em um ambiente de confiança reduzida e elevado potencial de conflito, por outro, a própria natureza da atividade supõe elevado grau de cooperação, tanto no processo de trabalho, quanto na cumplicidade tácita frente a outras categorias sociais definidas como 'estranhos'. (COSTA, 2002, p. 33)

Essas questões fizeram com que o garimpo adquirisse uma cultura própria, desenvolvendo uma espécie de “lei do garimpo”⁶, que estrutura suas relações de trabalho, formas de gestão, partilha do produto extraído, ou seja, “a lei do garimpo regula as condições morais das relações de confiança de uma forma geral, num contexto em que prevalecem contratos informais e em que os prejuízos trazidos pelo comportamento oportunístico são, potencialmente, muito grandes.” (COSTA, 2002, p. 33) O autor destaca ainda o espírito de solidariedade grupal nos garimpos o que, em grande medida, relaciona-se com a necessidade de organização em função da clandestinidade frente à fiscalização do Estado.

O grupo de garimpeiros foi um dos mais solidários de que se teve notícia no período colonial. Gerados pelo processo de desclassificação que o fiscalismo desvairado – “o gênio migalheiro do despotismo” – tornou particularmente intenso na demarcação diamantina (...). Não se confundiam com o bandido, apresentando um código próprio de conduta pautado na lealdade; limitavam-se a trabalhar em terras vedadas, e este era o seu único crime, pois respeitavam a vida, os direitos, as propriedades de seus concidadãos (MELLO e SOUSA, apud COSTA, 2002, p. 34)

Sendo assim, pode-se concluir que as relações sociais entre os garimpeiros de uma mesma região de exploração apresentam duas faces distintas, uma que remete à ideia de coletividade unida e outra de caráter mais individual. Em algumas situações os garimpeiros agem coletivamente e em outras se comportam de modo individualista, conforme lhes pareça mais conveniente para o enfrentamento dos impasses que surgem no garimpo. Sobre isso, Guanaes (2001) avalia que muito embora o sentimento de individualismo seja uma característica marcante da vida nos garimpos, pois é central em cada um dos garimpeiros o desejo pelo enriquecimento rápido, a ação individualista é limitada tanto pelo medo da fiscalização estatal quanto pela necessidade de união em oposição aos donos e empresários da região. Sempre que há uma ameaça externa à sobrevivência do garimpo, os trabalhadores unem-se em prol da manutenção do local.

Ainda segundo esse autor, no garimpo há uma multiplicidade de relações e posições sociais temporárias e carentes de uma definição precisa. Ele representa uma mistura de culturas, credos e raças diferentes, isto porque os garimpeiros têm origem diversificada, são advindos de distintas regiões e classes sociais. O garimpo é baseado em uma estrutura hierarquizada de ocupação e posição social, e os mais experientes, que praticam a atividade há

⁶

Conceito utilizado por COSTA (2002).

mais tempo, ou que possuem maior habilidade, costumam diferenciar-se hierarquicamente dos demais.

Por sua vez, merece registrar que, embora o exercício da garimpagem tenha sido definido legalmente em 1989, através da Lei 7.805, somente em 2008, por meio da Lei 11.685, o garimpeiro foi incluído no rol das profissões reconhecidas pelo Estado. Este ordenamento jurídico traz em seu bojo os disciplinamentos que a atividade garimpeira deverá seguir, tendo inclusive incluído observância de padrões ambientais, de saúde e de segurança ocupacional.

Quanto às principais formas de remuneração da atividade garimpeira, conforme destaca Bittencourt (2009), são: o regime de conta própria, de meia praça, porcentagem, empreitada e de diárias.

Assim, há o regime de *conta própria*, no qual o garimpeiro trabalha para si mesmo ou para família. *Meia-praça* é a associação entre dois ou mais indivíduos, quando um fornece os instrumentos de trabalho e as condições de sobrevivência e outro trabalha, sendo o resultado dividido entre eles. *Porcentagem* [...] é quando o trabalhador recebe um percentual dependendo do que ele produzir, e o dono do garimpo fornece a alimentação e os instrumentos de trabalho. *Empreitada* é o contrato por trabalho desenvolvido. As *diárias* são quando existe pagamento por dia de trabalho. Salienta-se que em um garimpo podem existir uma ou várias modalidades de trabalho, dependendo das categorias profissionais, rentabilidade do garimpo e outras variáveis. (BITTENCOURT, 2009, p. 36)

Costa (2002; 2007) construiu três tipos ideais da atividade de extração mineral experimentadas historicamente no contexto brasileiro e que apresentam características diferentes, são eles: o garimpo artesanal, o garimpo semimecanizado e as empresas mineradoras.

O garimpo artesanal é manual e sua produção é voltada à subsistência. Nele inexistem máquinas e são utilizados poucos e rudimentares instrumentos, como a bateia e o mercúrio para apuração do ouro. Necessita de pouco capital para investimento, geralmente situa-se à

margem da lei e é executado por indivíduos isolados ou por pequenos grupos compostos por familiares.

O garimpo semimecanizado é formado por grupos com no máximo dez trabalhadores, geralmente familiares, vizinhos ou amigos próximos, que trabalham em terras de outras pessoas, por intermédio da realização de acordos tendencialmente conflituosos. Esse tipo de garimpo surgiu a partir do desenvolvimento das técnicas e processos de trabalho do garimpo artesanal, pois utiliza motores para extração, tendo uma produtividade e uma divisão do trabalho mais elevada. Esse tipo de garimpo necessita do investimento de uma quantidade de capital considerável e é alvo das fiscalizações estatais, dado o seu poder de degradação ambiental.

Já a extração mineral, realizada pelas empresas mineradoras, é bastante mecanizada e realiza estudos de prognóstico e diagnóstico da área utilizada, o que possibilita grandes produções e resultados econômicos. Geralmente, atuam com concessão do uso da terra onde existem as jazidas, e também são alvos das fiscalizações estatais, notadamente devido ao alto grau de degradação ambiental que a atividade realizada pode causar. Os trabalhadores são assalariados, submetidos a uma gerência. O quadro abaixo sintetiza os três tipos ideais da extração mineral no Brasil.

Quadro 1- Formas de Organização Produtiva na Extração Mineral

	GARIMPO ARTESANAL	GARIMPO SEMIMECANIZADO	EMPRESA MINERADORA
Escala	Individual/Familiar	Pequenos Grupos/ Familiar	Grandes Números
Divisão do Trabalho	Unidade do Processo de Trabalho/ Trabalho/	Pequena Divisão do Trabalho	Divisão Taylorista do Trabalho
Controle do	Trabalhador	Negociações entre	Gerência e

Processo de Trabalho		Trabalhador/Gerência	organização hierárquica
Base Técnica	Técnicas Rústicas Tradicionais	Técnicas artesanais e desmonte mecânico/sondagem precária	Mecanização/Sondagem
Formas de Conhecimento	Experiência Prudencial e Critérios de Julgamento	Experiência Prudencial e Rotinas	Rotinização e Prescrição Prévia
Previsibilidade dos Resultados	Reduzida	Reduzida	Elevada
Estruturas de Incentivos	Redes sociais informais	Compensação material Redes sociais informais	Compensação Material
Relações de Trabalho	Horizontais	Verticalizadas, mas dependentes de cooperação.	Verticais
Networks	Família e Trabalho	Família, Trabalho e Localidade.	Trabalho e Hierarquias
Contexto Institucional	Informalidade	Informalidade	Formalidade

Fonte: Adaptado de COSTA, 2002, p. 37.

2.3 - Organização social nos garimpos

Com a Constituição de 1988 foram introduzidas mudanças na legalidade da atividade garimpeira. Rodrigues Filho et al. (2009) relata que antes, por intermédio de um número de matrícula, eram permitidas ao garimpeiro a produção e a comercialização de produto extraído, mas atualmente para conseguir licenças ambientais e a permissão de lavra garimpeira é

preciso que ele faça parte de uma associação, de forma que a figura do garimpeiro como trabalhador individual sofre uma descaracterização. Assim,

A criação de cooperativas garimpeiras e a prioridade dada a estas em relação à concessão de títulos minerários, reflete uma preocupação em solucionar os conflitos advindos do exercício desta atividade. Eram necessários um maior controle e ordenamento da atividade, e para isso a exploração de depósitos aluvionares em forma associativa pareceu mais adequada dos pontos de vista econômico, social e ambiental. (RODRIGUES FILHO et al., 2009, p. 9)

Como consequência das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, começaram a surgir diversas cooperativas de garimpeiros que, em muitos casos, se restringem às atividades de assistência social e são marcadas pela defesa de interesses particulares. Contudo, o objetivo primeiro dessas cooperativas é constituir-se como uma espécie de base de apoio aos garimpeiros, tentando sanar tensões entre os trabalhadores, donos de terra, órgãos governamentais, além de propiciar as condições básicas para o exercício diário das atividades no garimpo.

Rodrigues Filho et al.(2009) afirmam que de acordo com uma pesquisa realizada em 1993, a maioria expressiva dos garimpeiros organiza-se por intermédio de cooperativas. Numa comparação entre o número de garimpeiros que participam de sindicatos ou de cooperativas, a pesquisa mostrou que apenas na região Centro-Oeste há uma predominância da organização através de sindicatos. Nestes “[...] o presidente é a figura fundamental para o funcionamento do Sindicato. A ausência de remuneração ou a impossibilidade de obter alguma vantagem apontam como as causas da falta de interesse dos demais diretores da instituição em participar da administração do Sindicato.” Por outro lado,

Define-se por cooperativa de garimpeiros uma sociedade civil integrada por garimpeiros registrados, sem fins lucrativos, não sujeita à falência, constituída para a extração, beneficiamento e comercialização em comum de substâncias minerais garimpáveis. As cooperativas garimpeiras podem obter autorização de pesquisa e concessão de lavra. (RODRIGUES FILHO et al., 2009, p. 8)

Conforme se depreende do acima explicitado, com o advento da Constituição de 1988, a forma de organização por meio de cooperativa é o caminho mais apropriado para que o garimpeiro possa sair da informalidade e adquirir, por parte do Estado, melhor ganho em sua atividade, visto que poderá através da mesma ter autorização de lavra garimpeira.

2.4- Impactos da garimpagem

Embora os dados oficiais sobre acidentes de trabalho nos garimpos sejam escassos, uma simples reflexão a respeito das condições laborais da garimpagem nos permite avaliar que, provavelmente, eles devam ocorrer com certa frequência. Neste sentido, Alves (2008) lista alguns riscos à saúde imputados pela atividade extrativa:

[...] a exposição à poeira em todas as fases das operações; transporte dos minerais ao longo da mineração; exposição a riscos elétricos e físicos nas máquinas; riscos físicos, térmicos e químicos e a exposição a movimentos repetitivos.[...] São agravos a saúde encontrada no processo de trabalho de extração mineral, doenças osteomusculares crônicas, pneumoconioses, doenças cutâneas, alterações na acuidade auditiva, nos aparelhos gastrointestinal e cardiovascular, no ciclo circadiano, correlatos psicossomáticos que levam ao desenvolvimento de algum transtorno mental, intoxicações crônicas e a fadiga, inexistindo ainda [...] inúmeros tipos de acidentes resultantes do conjunto de cargas laborais. (ALVES, 2008, p. 43- 44)

Esse autor enumera, ainda, diferentes cargas de trabalho às quais são expostos os garimpeiros, são elas:

[...] cargas físicas (ruídos, temperaturas extremas, radiações e efeitos da eletricidade e vibrações), cargas biológicas (microorganismos patogênicos), cargas químicas (gases, vapores líquidos, poeira, manipulação de resíduos), cargas mecânicas (lesões devido aos maquinário, luxações fraturas), cargas fisiológicas (esforço físico, manipulação do maquinário, turnos de trabalho, movimentos repetitivos) e cargas psíquicas (fadiga, estresse, tensão e relações da manutenção das relações sociais organizacionais e de emprego.) (ALVES, 2008, p. 43)

Por sua vez, Nascimento (2009) afirma que o trabalho de extração mineral é uma das atividades em que mais ocorrem acidentes de trabalho em todo o mundo, apresentando altas taxas de mortalidade, o que frequentemente acontece devido à queda de rochas que provocam lesões, incapacidade e até morte dos garimpeiros. Porém, o autor afirma que, mesmo sendo um fator de risco, a queda de rochas não se compara à poeira, responsável pelo desenvolvimento de diversas doenças respiratórias, além da tuberculose e o câncer de pulmão.

Neste sentido, Mathis (1998) reitera que são comuns nos garimpos acidentes em decorrência de soterramento de terras ou de quedas, cortes nas mãos e pés, picadas de insetos, problemas auditivos devido ao barulho dos instrumentos de trabalho, problemas de coluna e doenças respiratórias de modo geral. Afirmando ainda, pior é que “sem assistência médica, privado da responsabilidade do dono da máquina, um acidente de trabalho quase sempre significa que o trabalhador dentro do garimpo fica responsável pelos custos do tratamento e pela perda dos dias parados.” (MATHIS, 1998, p. 13)

Ainda no mesmo contexto, Mathis (1998) afirma que, mais do que os acidentes de trabalho nos garimpos, algo de modo algum raro, o grande problema para saúde dos garimpeiros são as doenças endêmicas que proliferam frente às condições de vida nos garimpos, como água parada, água não tratada, falta de esgotos sanitários. Essas doenças tendem a ser agravadas devido ao fato de, geralmente, os garimpos situarem-se longe das cidades, impedindo o acesso a postos de saúde.

Por sua vez, conforme se pode constatar, além dos impactos causados à saúde do trabalhador, a atividade de extração mineral costuma produzir alterações ambientais que, “[...] diretamente relacionadas à ação do homem que, se de um lado proporciona e oferece efeitos de dinamização econômica e positiva local, nacional e mundial, por outro, reproduz efeitos negativos ao ambiente [...]” (NASCIMENTO, 2009, p. 12) Como se observa, são diversos os minérios extraídos e métodos utilizados para tal, e, assim sendo, comumente as consequências ao meio natural são bastante desgastantes.⁷ Neste sentido, Farias (2002) pondera que os principais problemas provenientes da mineração são a poluição da água, do ar e sonora, alterações ambientais, desgaste do solo, geração de áreas extremamente degradadas, dentre outros. Porém, não se vê por parte dos garimpeiros, ainda que reconheça a degradação ambiental advinda da atividade, qualquer preocupação com a natureza.

⁷

Para saber mais sobre os impactos ambientais da mineração no Brasil, de acordo com as diferentes substâncias minerais extraídas, ver: FARIAS (2002)

III

CARACTERÍSTICAS DA GARIMPAGEM DE CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ

Este capítulo tem como objetivo, mostrar as características do município, e, dentro das limitações de nosso trabalho de campo, apresentar os aspectos da extração do caulim em Junco do Seridó, especialmente no tocante aos seus métodos de garimpagem, traçando um panorama geral a respeito desta atividade no município.

3.1- Junco do Seridó e a Extração de Caulim

No que se refere à mineração, Junco do Seridó está inserido na denominada Província Pegmatítica da Borborema/Seridó ⁸, que é uma das mais significativas províncias minerais do Brasil, composta por uma grande variedade de minerais industriais como o feldspato, caulim, quartzo, mica, tantalita e gemas. Geograficamente, o Município de Junco do Seridó localiza-se no sertão paraibano, nos limites com cidades do Estado do Rio Grande do Norte e com os municípios paraibanos Tenório, Assunção, Santa Luzia, São José do Sabugi, Salgadinho e Juazeirinho, estando a 233 km de João Pessoa, capital do Estado. Apresenta uma área de 170 Km² e uma população de 6.643 habitantes, de acordo com os dados disponíveis do IBGE, no ano de 2010.

Segundo Nóbrega (2010), Junco possui uma altitude média de 590 metros e, por ser localizada na região da Caatinga, tem solo pedregoso, de fina espessura, escassa retenção de água, sendo em grande parte composto por areia. A temperatura da cidade é especialmente marcada por um longo período de clima seco que registra uma variação de 25°C e 28°C. No entanto, a cidade também convive com um período chuvoso, mesmo que curto e irregular.

Nos curtos períodos de chuva, impera como fonte de renda a agricultura de subsistência, cujos produtos mais cultivados são o feijão, o milho e algumas frutas como o caju. Porém, durante os longos períodos de sol, predominantes na região, a grande

⁸ A província pegmatítica da Borborema/Seridó, também conhecida como região Junco-Ecuador, está localizada nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, abrange os municípios paraibanos de Junco do Seridó, Salgadinho, Taperoá, Juazeirinho, Cubatí, São Vicente do Seridó, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, Picuí e Frei Martinho, enquanto no Estado do Rio Grande do Norte a área principal circunscreve os municípios de Equador, Santana, Jardim do Seridó, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, até as proximidades de Currais Novos. (SILVA & DANTAS, 1997)

movimentação econômica dá-se pela atividade de extração mineral, que se sobressai nas fases de estiagem, quando os agricultores se veem obrigados a se arriscar na extração, por não poder contar com alguma alternativa que lhes garanta o sustento da família.

No que se refere a substância mineral, tem-se que em Junco do Seridó é encontrada uma diversidade de minérios, tais como caulim, feldspato, mármore, ferro, scheelita, talco, amianto e quartzitos. (GOMES; ET AL, 2008) Por ser o minério de maior abundância e possuir grande aplicação em diversas áreas (a exemplo da indústria farmacêutica, alimentícia, de produção de cerâmica, papel, dentre outros), o caulim vem sendo o maior atrativo econômico da região.

Conforme revelado por Guerra (1975), a extração mineral vem sendo realizada na região que engloba o município de Junco do Seridó, desde o advento da II Guerra Mundial, pela procura de pegmatitos portadores de berilo, tantalita, columbita, quartzo de mica. Todavia, esta passou a ocorrer, com maior intensidade, há quase cinco décadas, voltada para a extração de caulim.

O caulim é um mineral argiloso de cor branca, encontrado com grande expressividade na natureza, formado por silicatos hidratados de alumínio, como a caulinita e a haloisita, de coloração branca e funde a 1800°C. É uma das argilas industriais mais utilizadas em todo o mundo, em virtude de suas excelentes propriedades naturais, tais como: brancura, granulometria muito fina das partículas, pequena abrasão e grande inércia ou estabilidade química (MOURA, 1981). A primeira aplicação industrial do caulim foi na fabricação de artigos cerâmicos, entretanto, na atualidade ele é utilizado nos mais diversos setores industriais, como o de papel, borracha, plásticos, pesticidas, rações, produtos alimentícios e farmacêuticos, além de fertilizantes (DNPM, 2001).

Nóbrega (2010), ao fazer uma leitura de Silva e Dantas (1997), relata que

Os caulins brasileiros podem ser divididos em cinco grupos: caulins sedimentares, caulins oriundos de rochas graníticas, de rochas vulcânicas, caulins derivados de anortosito, caulins derivados de pegmatitos, cuja maior parte fica localizado na região da Borborema estado da Paraíba. (NÓBREGA, 2010, p. 10)

Em Junco do Seridó, os depósitos de caulim são derivados de pegmatitos⁹, e seu processo de extração ocorre principalmente por meio da atividade garimpeira, ainda que existam algumas empresas de mineração formalizadas na região¹⁰. Para se ter uma idéia, foi revelado em conversas informais com um antigo garimpeiro da região, que existem mais ou menos 700 garimpeiros atuantes no local.

Também nos foi informado que a garimpagem naquele município é realizada em três grandes áreas centrais de exploração, conhecidas como Noruega, Chorão e Carneira. Conforme releva um entrevistado que afirmou:

[...] no Junco existem três áreas próprias pra extração de caulim. Uma é a Noruega, a Noruega é uma das maiores, aí depois da Noruega tem o chorão, e a outra se chama Carneira. A Carneira foi comprada por um cara rico que comprou aquilo ali [...] mas ele comprou foi embora e nunca veio atrás. [JUCA]

Pelo que restou afirmado acima, observamos que não há um critério delimitado para ocupação dessas áreas, nem padrão único de exploração. As pessoas juntam-se e decidem, então, concentrar seus trabalhos extrativos em alguma dessas localidades, conforme julguem ser mais lucrativo. Em conversa, funcionário do DNPM, o qual não quis gravar entrevista,

⁹ Rocha geralmente filonar de composição idêntica à do granito, e na qual os indivíduos mineralógicos, quartzo e feldspato, muito desenvolvido se acham interpenetrados. Essas informações foram recolhidas do Dicionário da língua Portuguesa Aurélio - Século XXI, que informa sobre o conceito geológico do termo pegmatito. (Versão digital 3.0).

¹⁰ A este respeito ver: NÓBREGA, José Aderivaldo S. da e MENEZES, Marilda Aparecida de. A Expansão da indústria de extração mineral pelo meio rural e a problemática do trabalho. In: Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS. Recife: ALAS/UFPE, 2011.

revelou que no Junco não há áreas com delimitações denominadas, formalizadas. O que confirma a informação prestada pelo entrevistado acima.

Os garimpeiros entrevistados informam que a idade média daqueles que estão em plena atividade, varia entre 18 e 35 anos. Percebemos que muitos, visivelmente, possuem idade inferior a 18 anos, mas esses se negaram a falar conosco, certamente por medo de represálias futuras, o que foi descoberto através do depoimento de outros garimpeiros, e que, quando nos identificamos como pesquisadora da Universidade, deixaram-nos a par da situação. Também existem os mais velhos, que comumente desempenham um papel de líder de grupo. Isso deve acontecer devido à tamanha exaustão que o garimpo provoca, fazendo com que os mais velhos não suportem o ritmo puxado da rotina de trabalho.

Foi observado também, que os garimpeiros do caulim possuem baixo nível de escolaridade, o que não nos surpreendeu face à entrada precoce no mercado da garimpagem e ao intenso ritmo de trabalho, que dificulta enormemente a frequência nas escolas. Na realidade, algumas até relataram que poderiam estudar à noite, mas não têm disposição para ir à escola. Todavia, percebemos que um ou outro garimpeiro frequenta a escola, mas sem perspectiva de trabalho fora do garimpo.

Eu num estudo mais não. Eu fui pouco pra escola. Eu tô aqui nesse garimpo desde pequeno. Meu pai era garimpeiro e eu vim pra cá também. Mas no dia que eu tiver um filho eu quero que ele estude, num quero isso aqui pra ele não. [MARCELO]

Eu estudo de noite e, mesmo chegando cansado, eu vou. Mas tem dia que não dá mesmo porque eu chego todo quebrado. Mas mesmo assim to conseguindo terminar. Eu já tô no 3º ano, mas quando terminar num quero mais nem saber de escola. Isso num vai mudar minha vida mesmo, entrei nisso aqui faz pouco tempo, mas não consegui mais sair. Vou terminar nisso aqui mesmo, eu já sei. [JORGE]

Os depoimentos acima apontam que parte do garimpeiro oscila entre o trabalho e a frequência à escola. Verdadeiramente, pode-se observar que o ritmo intenso da garimpagem e a ausência de perspectiva de vida levam o garimpeiro a considerar que o trabalho seja mais importante do que alcançar um maior nível de escolaridade. Com isso, mantém-se um círculo vicioso na trajetória de vida e trabalho dos homens das famílias de garimpeiros, conforme se depreende do depoimento abaixo

[...] Eu tô aqui nesse garimpo desde pequeno. Meu pai era garimpeiro e eu vim para cá também, mas no dia que eu tiver um filho eu quero que ele estude, num quero isso aqui pra ele não. [MARCELO]

3.2- As formas de garimpagem do caulim

A atividade de garimpagem do Caulim em Junco do Seridó é bastante intensa. Geralmente, os garimpeiros trabalham durante todo o dia. Saem de casa às cinco horas da manhã e só retornam por volta das cinco horas da tarde. É no próprio garimpo que são feitas as comidas, tudo de modo improvisado.

Eu tenho 19 anos, e aquele dali só tem é 17, por isso que ele deu uma carreira daqui. Eu passo mais tempo aqui do que na minha casa, eu venho assim que o dia clareia. O caminhão vai buscar a gente em casa. O motorista traz a gente, e fica levando o caulim que a gente tira. Aí no fim do dia é que a gente vai embora, lá por umas 5 horas, antes de escurecer. [JORGE]

A partir do depoimento acima, percebemos que os garimpeiros trabalham 12 horas diárias, e se locomovem para os garimpos através dos próprios caminhões que transportam o caulim, o que é um risco, pois as estradas que levam aos garimpos são desniveladas, tornando o trajeto bastante propício a acidentes que, caso aconteçam, podem levar até à morte, uma vez

que os trabalhadores são transportados dentro das carrocerias dos caminhões, sem proteção alguma contra acidentes.

A escolha do local da garimpagem a ser explorado, acontece sem que exista um estudo prévio, ocorrendo de forma irregular, sendo utilizada como critério de escolha a experiência de garimpeiros antigos. Observamos que na cidade, existem grandes disputas por determinadas áreas, porque os garimpeiros as julgam como sendo mais produtivas. Sobre essa questão, alguns garimpeiros se manifestaram dizendo que

Esse local mesmo aqui é muito bom de garimpagem. A gente conhece quando um lugar é bom pela experiência. É muito tempo no garimpo, daí a gente sabe logo quando um lugar é bom pra tirar caulim puro. Aqui mesmo, a parte da Noruega é muito boa, é a melhor que tem pra fazer garimpo no Junco. [JUCA]

Essa parte do Chorão era a melhor que tinha, mas já tiraram tanto de lá, que ela não tá mais dando pra explorar direito não. Tá muito sem segurança garimpar ali. Chegou um ponto que as banquetas tão muito perigosas. Num é que a área é ruim, muito pelo contrário, ela é muito boa, mas que já tiraram tudo, aí num tem mais nem o que fazer lá. Só se tivesse máquina boa mesmo, que levantasse os paredões de novo pra que a gente não ficasse com o perigo de ter um desabamento. Por isso é que a gente tá correndo pra Noruega. [PEDRO]

Sobre o contido acima, pertinente à escolha do local para garimpar, Oliveira (1997) afirma que no garimpo o aprendizado é absorvido pelo modo empírico, ocorrendo através de observações da vivência em grupo. E, aquele garimpeiro que apresenta grande experiência e conhecimento é respeitado por todos os demais.

Como se observa, para os garimpeiros, muito mais do que uma questão técnica no processo da garimpagem, está em jogo um aspecto bastante relevante que compreende a “experiência”; é a partir deste critério que define o local para extração como de boa qualidade. Todavia, mister ainda ressaltar que outro critério utilizado para escolha do local representa o esgotamento da banqueteta pela quantidade de extração já realizada. Por tais critérios, a Noruega é, hoje, considerada pelos garimpeiros como promissora, enquanto o Chorão representa área desfavorável pela sua situação de insegurança, acarretada pela garimpagem predatória ali já ocorrida.

Frente às situações acima expostas, e considerando que os minerais naturais encontrados na natureza não são renováveis, indagamos aos garimpeiros sobre a possibilidade de escassez do caulim naquela região. Os garimpeiros informaram que esta possibilidade existe. Porém, os mesmos acreditam que isso levará um longo tempo para acontecer. Vejamos algumas declarações abaixo:

Olha, a gente vê isso, mas bem no longo prazo, longo prazo mesmo. Tem muito minério no Junco, tem muita coisa a ser explorada ainda. As banquetetas que foram exploradas estão aí, a grosso modo, deixando cair tudo. Mas quando entrar a máquina aí de novo vai rebeneficiar praticamente 50% de tudo, ou seja, dá pra aproveitar tudo novamente.
[CARLOS]

Menino tem muito caulim nesse banquetão aqui pra ser extraído. Pode até ser que um dia ele acabe, mas ainda tá muito longe, viu? O problema é que essas banquetetas vão ficando inseguras e aí a gente fica com medo de trabalhar nela. Mas não é por falta de caulim não, é por medo mesmo. Mas se você escavar aí a mesma altura pra baixo vai ter caulim e cada vez melhor. O negócio é que a gente não tem condição. As máquinas até estão fazendo uns paredões de sustentação, mas chega num ponto que não dá mais. [JUCA]

Com relação as formas de garimpagem, alguns estudiosos indicam que, historicamente, esta é feita de três diferentes tipos: garimpo artesanal, semimecanizado e o mecanizado (COSTA 2007). No Junco do Seridó a garimpagem do caulim é realizada de dois modos: manual e semimecanizado. Neste sentido, necessário destacar o fato de que o método manual vem sendo parcialmente substituído pela forma semimecanizada, a partir da introdução de alguns maquinários. No entanto, importante ressaltar que em fases mais avançadas os trabalhadores voltam para o trabalho de garimpagem manual do caulim, haja vista que existem pontos que a máquina não alcança. Mister salientar que, mesmo atualmente a maior parte dos garimpos está sendo aberta por máquinas, contudo, a atividade manual, ao longo de todas as fases da extração, é inevitável. Dessa maneira, mesmo com toda mudança das inovações tecnológicas e consequente introdução de maquinário no garimpo, é possível afirmar que, em Junco, os dois modos de garimpagem do caulim coexistem, todavia, a extração manual é predominante. Essa consideração pode ser feita a partir das entrevistas realizadas com os atores da pesquisa, de onde se colheu que,

A máquina extrai o caulim, mas ela tira muito pouco. Tem pontos que a máquina já não alcança mais e aí o garimpeiro tem que ir para o manual, para o manual mesmo. Existe extração de máquina também, ela não só abre, mas o aproveitamento maior do caulim é através do manual, mas realmente o aproveitamento maior do caulim só tem quando a gente vai pro manual mesmo. Porque a máquina só consegue ir em cima, mesmo, aí ela tira muita impureza. Quanto mais profundo, mais o caulim é o puro. [BETO]

Pra mim essa máquina num serve de muita coisa não. Quer dizer, ela até serve no começo, mas o que ela tira é muito rejeito. Só é boa mesmo pra abrir o caminho da banquetta, mas no final das contas mesmo o que vai dar dinheiro mesmo é a gente ir pra dentro e tirar com as mãos, porque só com as mãos é que a gente consegue puxar o caulim bom, porque a máquina com essas coisas grandonas não consegue chegar muito fundo. [...] Mas eu num tô dizendo que ela é ruim não, ele é boa. O que tô dizendo é que não tem como ficar só

nela, a não ser que criem outras aí que vá mais fundo, e ia ser até bom porque a gente ia trabalhar menos. [LUIZ]

Mais uma vez, os informantes chamam a atenção para o fato de que, no âmbito do garimpo, o trabalho final fica a cargo do trabalhador capaz de retirar o minério de forma adequada, evitando o excesso de impurezas e garantindo sua qualidade. Em Junco, parece que a máquina fornece o suporte para o garimpeiro, porém o maior ganho é justamente na abertura das banquetas, pois se trata de um trabalho árduo e de pouca produtividade.

3.2.1- Modo Manual

Em Junco do Seridó a extração manual de caulim pode ir da abertura das banquetas até o carregamento final do produto. Assim, na extração manual, os garimpos são abertos de forma aleatória, pois são escavados diversos túneis subterrâneos em uma única mina. É feita uma abertura vertical de cerca de 2m², que vai se expandido horizontalmente, o que torna a atividade bastante perigosa para a vida dos trabalhadores, na medida em que esses passam longas horas do dia dentro de pequenos espaços, sem luz solar e gás oxigênio suficiente. São utilizados materiais como bases de madeira, carretéis manuais, picaretas, baldes, pás e carros de mão para o transporte do material obtido. Nos túneis geralmente trabalham grupos de três a quatro homens, que descem segurados em cordas, passando apenas um de cada vez, pelo seu pequeno espaço para entrada e saída. Depois de extraído o caulim dentro dos túneis, o mesmo é colocado em baldes e levado para superfície, puxado por meio de carretéis manuais.

Como a gente aqui num tem máquina nenhuma, é tudo no braço mesmo, num dá pra gente tirar tanto dinheiro assim. Nem se compara com quem tem máquina, porque só o tempo que a gente passa pra abrir uma banqueteta, meu Deus do céu, é tempo demais. E mais, a gente num ganha nada por isso não, porque o que a gente tira no começo num presta, porque o caulim tá muito misturado. O apurado da gente aqui é pouco demais, mas fazer o que, a gente passa o dia todinho pra ver se

tira pelo menos 10 toneladas, e olhe lá. Agora, quem tem máquina é outra coisa, porque bem dizer já começa ganhando. Por isso que hoje em dia ninguém mais quer nem abrir banquetta com a mão. Pode ver que a maioria disso aqui está abandonada, nem funciona mais. Agora se tu for lá do outro lado, tu vai ver povo tudo trabalhando depois que a máquina já abriu. Aí é bom demais. Porque isso aqui é muito trabalhoso. [JUCA]

Como bem explicitado acima, o processo utilizando o método manual acontece de forma lenta e, por isso, apresenta uma baixa produtividade. Os trabalhadores passam longas horas do dia para retirarem em média 10 toneladas e, por isso, esse modo de garimpagem, como única forma de extração, está cada vez mais em desuso, tanto que as banquetas visitadas, durante a pesquisa de campo, estavam abandonadas, muito embora tenhamos escutado falar sobre a existência de algumas ainda em atividade, em lugares mais afastados.

Durante a entrevista foi mencionada a existência de um acidente, neste tipo de banquetta, acontecido há alguns meses antes da realização deste estudo. O acidente teria acontecido durante o manuseio do carretel, inclusive com um garimpeiro bastante experiente, demonstrando assim, que nem mesmo a experiência os livra dos desastres durante a realização da garimpagem.

Teve um dia, faz só uns meses, que um amigo meu morreu aqui nesse carretel. Ele trabalhava comigo na mesma banquetta. Era como se fosse um pai pra mim. Eu sofri mais com a morte dele do que com a morte do meu pai de verdade. [...] Ele tava trabalhando normal, foi um acidente tão besta. Ate hoje fico aqui pensando como isso aconteceu com ele, porque ele era tão experiente. Ele tava usando o carretel, puxando o caulim lá de baixo no balde e é muito pesado. Aí o carretel quebrou e ele foi muito sem sorte porque foi bem na ora que ele tava girando ele pra frente, aí puxou ele pra dentro da banquetta. Eu só ouvi o estouro. Ele se quebrou todinho e fui eu e o próprio filho dele que socorreu ele. A gente ainda foi com ele pra Campina, mas não teve jeito. Depois eu

nem voltei mais pra trabalhar aqui. Eu sofri muito com a morte dele, porque ele era como se fosse um pai mesmo pra mim. [JUCA]

Como se pôde colher, a ocorrência de mortes é muito mais significativa nesse tipo de garimpagem, já que além de o risco de desabamento nos túneis ser muito maior, quando acontece, não existe escapatória para os garimpeiros.

O meu pai morreu numa banquetta assim. Nessas banquettas tem muito mais perigo da gente morrer. É que quando vem caindo por cima da gente, tem nem pra onde a gente correr. Até eu mesmo pequeno já via que aquela ali que ele tava trabalhando ia desabar em cima dele. Eu e meu irmão vivia dizendo ao meu pai que as parede dali tava rachando tudo, mas ele nem ligava, aí um dia desabou tudo mesmo em cima dele, e foi a coisa mais feia do mundo. Essas banquettas assim cheias de túnel, quando vem abaixo é difícil demais de escapar. É bem mais fácil escapar com essas banquettas abertas assim com as máquinas, ainda tem até um jeito de escapar, porque você tem pra onde correr. [JUCA]

Como os túneis abertos nas banquettas de forma manual são pequenos e deixam pouca margem para escapar de um desabamento, o risco se torna iminente. Assim, a forma precária, sem utilização de máquina para abertura dessas banquettas acaba provocando a sensação de insegurança e medo. Também não se pode perder de vista, que o garimpo, notadamente, o manual, é considerado como fonte de subsistência para o trabalhador e sua família nessa região, tornando-se necessária a aceitação de certas condições de trabalho, mesmo já sabendo os riscos que envolvem este tipo de extração.

Para melhor visualização dessa situação, foram selecionadas algumas ilustrações que demonstram como acontece a extração mineral através do método manual. A ilustração 3.1 mostra a circunferência estreita de entrada dos garimpeiros nos túneis, mencionada anteriormente. A ilustração 3.2, apresenta a forma como os garimpeiros descem para a

garimpagem nos túneis. A ilustração 3.3 apresenta a extração nos túneis construídos de forma manual.

Ilustração 3.1 – Circunferência de abertura de banqueta feita de forma manual

Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).



Ilustração 3.2 – Locomoção dos garimpeiros para os túneis através de carretel.

Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).



Figura 3.3 - Extração de caulim em túnel construído de forma manual

Fonte: Brito (2011)



3.2.2- Modo semimecanizado

A garimpagem semimecanizada é realizada com o auxílio de máquinas que abrem caminhos a céu aberto. Essas aberturas são verticais, e se horizontalizam muito pouco. Medem geralmente 5m² e podem chegar até 60m de profundidade, segundo alguns garimpeiros experientes entrevistados. Nesse processo, geralmente são utilizadas máquinas retroescavadeiras de motor a diesel para a abertura dos garimpos, além de guinchos com cabos de aço, caixas de ferros, picaretas e pás.

Esses banquetões aqui que vocês estão vendo, foram tudo aberto com máquina. A máquina vai afundando ele cada vez mais. Mas ela só abre

mesmo pra baixo, porque os lados ficam tudo estreito, acho que se muito dá, dá cinco metros. Mas pra baixo deve chegar a uns 60m, é muito fundo [...] Se isso desabar, quem tá lá embaixo num tem jeito de escapar não, apaga na hora. [BETO]

Rapaz, essas banquetas são funda demais. Pra descer a gente entra na caixa, aquela ali, olha. [...] Mas pra descer tem que saber mesmo, tem que ter experiência, porque se não a gente fica batendo nas paredes da banqueta. Aí a gente coloca as pás, as picaretas, tudo dentro da caixa que é pra gente poder escavar quando chegar lá em baixo. [...] Quando foi pra eu descer a primeira vez, fez um pouco de medo, chega me tremi, mas é o jeito, aí eu acostumei. Também era porque eu era muito novo, mas agora eu já nem ligo mais, desço direto mesmo. [PEDRO]

A incorporação da máquina no processo de extração tem facilitado a abertura de banquetas e o transporte tanto dos trabalhadores quanto do produto extraído. No entanto, exige um aprendizado por parte do trabalhador, no sentido de se “habituar” com esse instrumento.

As ilustrações abaixo mostram como acontece a garimpagem semimecanizada. A ilustração 3.4 apresenta a primeira etapa dessa forma de extração do caulim, que se dá pela abertura de banquetas através da utilização de maquinário. A ilustração 3.5 demonstra a segunda etapa, na qual os garimpeiros extraem manualmente o caulim, utilizando ferramentas rudimentares. A ilustração 3.6 mostra como é feito o transporte de homens e materiais por intermédio de uma caixa de ferro através de guincho com cabo de aço. A ilustração 3.7 registra a profundidade de uma banqueta aberta de forma semi-mecanizada. Por último, a ilustração 3.8 mostra uma rachadura que pode apresentar risco de desabamentos futuros na banqueta aberta por máquina.

Ilustração 3.4 - Máquina escavadeira que realiza a abertura das banquetas

Fonte: Registrado pelas autoras a partir das visitas de campo (2011).



Ilustração 3.5 – Garimpagem manual após a abertura de banquetas por máquina



Figura 3.6- Caixa de ferro para transporte dos garimpeiros e seus materiais



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

Ilustração 3.7 – Profundidade de banqueta aberta com máquinas



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

Ilustração 3.8 – Rachadura com risco de desabamento em banquetta aberta por máquina

Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011)

Como observado na foto acima, apesar de ter havido uma redução na frequência dos acidentes, mesmo com a introdução do maquinário não se extinguiram os riscos de desabamento. Inclusive nos foi relatada a ocorrência de acidentes, conforme narrativa apresentada abaixo.

*Aqui nessas banquetas que a gente faz primeiro com máquina, num tem mais tanto acidente não, mas um dia desses teve um acidente feio mesmo, com dois meninos, foi um coisa muito feia mesmo. [...] A banquetta desabou, a gente via que ela tinha uns rachões, mas sabe como é, né, a gente nunca acha que vai acontecer de verdade, pensa que sempre dá pra vir mais uns dias. Foi muito triste porque eles ficaram todos quebrados. Teve gente até que tirou foto no celular e tava mostrando pra gente um dia desses. Eu só tenho pena da mãe deles.
[PAULO]*

Teve um cara que teve um acidente aqui faz uns meses. Foi um negócio muito bobo, porque a galeria ainda tava sendo aberta, tava no início

mesmo, num tinha nem profundidade, não tinha nenhum risco de desabamento, mas por falta de sorte, uma pedra soltou lá de cima e esmagou ele todinho lá em baixo. Foi um desespero, porque tava todo mundo trabalhando tranquilo e nem esperava que um negócio daquele acontecesse. Como ele ia imaginar um negócio desse? Olhe, foi um desespero tão grande que ninguém sabia nem o que fizesse. E o pior foi que ele tinha dois filhos pequenos e eu não sei nem dizer como é que tão se virando sem o pai, porque ele era uma pessoa muito boa, sabe, um pai de família mesmo. [JUCA]

Na garimpagem semimecanizada, é possível visualizar melhorias nas condições de trabalho, já que diferente da extração manual, a garimpagem é feita a céu aberto, sob a luz solar e com melhores condições de oxigenação. No entanto, traz outro problema: a intensa exposição dos trabalhadores aos raios solares. Em meio à pesquisa, observamos que diversos garimpeiros possuíam manchas na pele, que aparentavam ser ocasionadas pelos efeitos solares. Em razão dessa observação, feita durante as entrevistas, perguntamos aos garimpeiros como eles se protegiam do sol, e nos foi respondido:

a gente se cobre com uns panos, coloca boné, mas é muito ruim mesmo, porque o sol chega queimar. No começo eu achava mais ruim porque num tinha costume, mas agora eu já to mais acostumado, nem sinto direito, parece que nem me queimo mais, sei lá. [...] Eu só me protejo assim mesmo, num uso essas coisas de protetor, nem tenho isso, e deve ser é caro. [PAULO]

Não, eu não uso protetor solar não. Eu uso chapéu e blusa de manga comprida. Às vezes coloco bem umas três camisas, tudo uma por cima da outra, pra ver se não me queimo tanto, né? Eu era bem branco antes, mas agora já tô é todo vermelho. [...] [BETO]

Neste mesmo sentido, em que pese a entrada de maquinários na atividade de garimpagem no município de Junco, facilitando um pouco o trabalho ali realizado, observa-se que não houve qualquer preocupação no que se refere à introdução de equipamentos de proteção individual ou coletivo, de forma a evitar riscos a saúde e a acidentes como referenciado. Observamos que os trabalhadores praticam a atividade de garimpagem apenas com suas vestimentas comuns, sem que utilize sequer capacete ou botas, equipamentos que certamente evitariam complicações quando da ocorrência de certos acidentes.

Em nossas visitas de campo, observamos outro problema ocasionado pela abertura de banquetas de garimpagem semimecanizadas. Trata-se do acúmulo de água nos locais de trabalho. Uma semana antes de uma de nossas visitas, havia chovido muito e as banquetas estavam alagadas. Para os garimpeiros, isso traz novas dificuldades, na medida em que o trabalho é interrompido, até que a água acumulada seja retirada, por meio de máquinas de drenagem.

Quando chove aqui é um prejuízo danado, porque ao invés da gente trabalhar pra tirar o caulim e ganhar dinheiro, a gente fica trabalhando pra enxugar a banqueta. Tá certo que a máquina dá uma ajuda, mas mesmo assim é um prejuízo grande porque até a água enxugar a agente fica parado. [PEDRO]

Embora os garimpeiros se mostrem preocupados com os alagamentos, essa preocupação gira em torno apenas dos prejuízos financeiros, por interrupção das atividades de extração. Todavia, percebemos como um sério problema para a saúde dos garimpeiros, pois, embora não seja algo presente nos discursos dos mesmos, observamos que eles acabam utilizando as águas para consumo próprio e de higiene pessoal. De modo que pode contrair diversas doenças posto que ali, além do caulim, encontram-se diversos outros minerais com grande potencialidade para causar adoecimento.

A ilustração abaixo retratada um desses dias de alagamento, quando os garimpeiros tentavam extrair a água empoçada com uma máquina de drenagem.

Ilustração 3.9 – Alagamento de Banqueta aberta por máquinas e o garimpeiro tentando extrair a água empoçada com uma máquina de drenagem



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

Com relação a produtividade da garimpagem semimecanizada, diferentemente da manual(10 ton/dia), gira em torno de 50 toneladas de caulim por dia de trabalho. Cada caminhão que faz o transporte do caulim comporta 10 toneladas, cada uma é vendida por R\$ 11,00 reais e, caso sejam garimpadas as 50 toneladas de caulim, pode-se receber até R\$ 550,00 reais por dia. Desse valor, é retirada a quantia paga pelo arrendamento da terra, que custa em média R\$ 20,00 reais por dia; custeado o transporte do minério; e o restante dividido entre o grupo de garimpeiros, que nem sempre recebem por igual. Na maioria das vezes, a

maior parte do dinheiro fica com o líder do grupo, que é o responsável pelas transações referentes ao arrendamento da terra e contratação dos demais trabalhadores.

A gente vende uma tonelada em torno de R\$ 11,00. Geralmente um caminhão sai com 10 toneladas que rende pra gente R\$ 110,00. Por dia, a gente chega a garimpar até 50 toneladas, isso vai dar o transporte de 5 caminhões todo dia. Isso dá pra gente que trabalha com guincho. [CORRÓ]

Mas há, ainda, os garimpeiros que mesmo trabalhando com o modo semimecanizado, recebem uma quantia fixa por dia de trabalho, ou seja, ganha por diária, independente da produtividade. Isso está se tornando cada vez mais comum na cidade de Junco do Seridó a existência dos chamados garimpeiros diaristas. Com a introdução das máquinas, surge a figura do garimpeiro mais bem sucedido no negócio, que se comporta como uma espécie de micro-empresário, arrendando a terra e contratando trabalhadores para realizar o garimpo. Estes não têm participação alguma no valor arrecadado com a produção e recebem cerca de R\$ 30,00 reais pelo dia de trabalho.

Aqui a gente não trabalha pra gente mesmo não. A gente recebe por dia. Tudininho aqui é assim. Quem faz o pagamento pra gente é [...] A gente apura trinta reais por dia, a gente pode tirar uma, duas toneladas, que é independente disso. Mas a gente tira mais ou menos 4 ou 5 carrada por dia, e cada carrada dessa sai com 9 ou 10 toneladas. Geralmente a gente é um grupo de 5 ou 6 homens. Mas é só isso aí mesmo, num ganha nadinha por fora não. [...] Sexta e sábado a gente num ganha nada porque num trabalha e quando tá chovendo também não. [JORGE]

Eu sou do mesmo jeito de JORGE, também ganho pelo dia. Faz pouco tempo que tô nisso, mas pelo menos tenho o dinheiro certo todo dia. Só

é eu vir trabalhar que eu sei que tenho. Não tem nem o que dizer disso é isso aí que ele já disse. [MARCELO]

Verifica-se que, com a introdução da mecanização, mesmo que parcial, no processo de extração do minério, os garimpeiros com menor poder aquisitivo acabam sofrendo as consequências, posto que sem ter condições de introduzir maquinário em suas atividades de garimpagem, isso dificulta a formação de equipe de trabalho, atinge a produtividade, notadamente pela demora no início da extração do caulim, aumentando o desgaste no trabalho, e submetendo-os a maior risco de acidentes.

Efetivamente, é fácil perceber que com a introdução de maquinário na extração do caulim, há um aumento da precariedade do trabalho, vez que o garimpeiro que antes formava uma equipe, ganhando seu dinheiro de forma rateada, fica forçado a exercer sua “profissão” de modo muito mais precarizado, já que se sujeita a receber como diarista, aquele valor fixo, sendo-lhe exigida produtividade, e continuando sem garantia de qualquer direito social.

3.3 – O processo de beneficiamento do Caulim

Quando da extração do minério caulim, este vem misturado com impurezas, que comprometem suas características. Entre as impurezas encontradas junto ao caulim podemos citar, entre outras, mica, feldspato, ferro, alumínio, zinco e berilo, devendo, portanto, ser submetido a processo de separação das mesmas para só então ser destinado às indústrias. Assim, depois de extraído o caulim, seu destino é para o local, chamado pelos garimpeiros, de decantamento, a fim de ser beneficiado, o que geralmente é feito por empresas de pequeno porte. É neste local que acontece o processo de retirada das impurezas existentes no caulim.

Sobre as etapas de beneficiamento de caulim, Luz et al, (2000) esclarecem que,

Segundo Silva e Dantas (1997) os processos mais empregados são dois: via seca e via úmida. O beneficiamento a seco é utilizado em caulins com baixo teor de quartzo, elevada alvura e distribuição granulométrica adequada. Como a maioria dos caulins não possui tais características, predomina o beneficiamento por via úmida.

Durante a pesquisa, visitamos dois decantamentos de caulim em Junco do Seridó, no qual constatamos que o processo mais empregado lá também acontece por via úmida. Segundo informação de um experiente garimpeiro do local, o processo de beneficiamento do caulim acontece da seguinte maneira: primeiro, o caulim, em sua forma bruta, é lavado em água corrente sendo levado a uma peneira de nº 350 ou nº 200 onde as impurezas são retidas pela malha da referidas peneiras se tornando rejeito; em seguida, o caulim separado segue para o tanque de decantamento que se torna uma “goma”; depois de decantado, o material é colocado nas máquinas de prensas, formando blocos e levado para secagem, a qual pode ser realizada de forma natural, através de luz solar ou em forno a lenha, sendo esta a forma de secagem realizada no município. Foi observado que a maior parte do beneficiamento de caulim realizado em Junco não passa pelo processo de moagem/trituração e ensacamento, dada a necessidade de maquinários mais caros, o que faz com que o produto seja vendido a preço bem inferior aos atravessadores.

Na visita ao local de beneficiamento de caulim em Junco estávamos acompanhada por um garimpeiro, o qual nos informou que depois de realizado o beneficiamento do caulim, retiradas as impurezas, a quantidade ali entregue pelos garimpeiros diminui consideravelmente, passando a quantidade de 10 toneladas para cerca de 02 ou 03 toneladas de produto puro, ficando o restante como rejeito, sem nenhuma serventia. Vejamos suas declarações:

Tá vendo esse material aqui ? é muito bom. Olha, tem impureza aqui nesse ponto. Mas tá vendo esses enxertos de goma, tem muito material que nem tem isso aí. Material bom mesmo, caulim mesmo, num instante vira goma. Olha só como funciona isso aqui, é assim: a água é ligada direto, fica com esse sistema aqui, só aguando e puxando. Aí essa água aqui já vai deixando o caulim puro, daí vai pra uma forma, tipo uma placa, que você ajusta, prensa e aí cria uns tabletes. É isso aí que sai daqui.

Mas ainda não tá refinado não, é matéria bruta. [...] Com trinta minutos as placas já saem prontas. Aí são encaminhadas pra venda.[...] Olha só, uma carrada de 10 toneladas vai dar três ou quatro carradas dessas placas aí. Agora quando sai daqui do decantamento sai baratinho uns R\$100, 00 ou R\$120,00 reais, mas quando passa pro atravessador, que é quem vende o material já refinado, num sei nem quanto eles cobram por uma tonelada. [...] Essa empresa daqui é pequenininha, o menino daqui num tem muita condição não, eu conheço ele desde pequeno. Sabe o que acontece? É como se uma empresa bem maior contratasse ele, pra comprar a matéria-prima e só lá fazer o refinamento, pra depois repassar pra alguma fábrica ou pra qualquer outro canto. [JUCA]

A ilustração 3.10 mostra o cenário do decantamento. A ilustração 3.11 apresenta os locais de prensa do caulim. Já a ilustração 3.12, mostra os blocos de caulim prensados, prontos para o processo de moagem/trituração.

Ilustração 3.10- Tanque de decantamento



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

Ilustração 3.11- Prensa para formação de blocos de caulim já beneficiado



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

Ilustração 3.12- Blocos de caulim beneficiado



Fonte: Registrada pelas autoras durante a pesquisa de campo (2011).

3.4- As consequências da garimpagem para a cidade de Junco do Seridó

Foi observado durante a pesquisa que, embora a extração de minério seja uma atividade que gera bastante riqueza, não existem retornos financeiros para a cidade do Junco do Seridó, além de não ser possível visualizar desenvolvimento econômico significativo na cidade. A partir das entrevistas, percebemos que os minérios extraídos naquele local, vêm sendo vendidos ainda de forma rudimentar, ou seja, a matéria-prima é vendida sem que haja o processo de refinamento, de modo que a tributação pertinente ao minério acaba sem ser recolhida. A denúncia é feita por parte de um político local e de alguns garimpeiros mais experientes, os quais demonstram estarem preocupados com o fato de que o beneficiamento, especificamente do caulim, está sendo realizado no Estado do Rio Grande do Norte, sem deixar qualquer desenvolvimento para a cidade. Vejamos as declarações abaixo:

Com esse prefeito a gente pelo menos não tá se sentindo tão desamparado. A gente tá vendo algum empenho dele. Esse pelo menos tá fazendo o que pode, ele não perde uma reunião, ele briga, e ele não tem interesse, não ganha nenhuma notinha. A questão é que as empresas grandes transportam de três ou quatro carradas por dia, sendo que a nota é tirada lá pra fora, fica lá fora. Sai tudo pras empresas grandes lá de fora. E é o que o prefeito vive dizendo, né? O que é que eu ganho com isso, doutor? O que tá ficando pra o Junco é o buraco, a terra e os calçamentos todos quebrados. [CARLOS]

O prefeito se preocupa com essa história aí, ele se interessa pelo assunto, ele participa das reuniões às vezes lá na cooperativa. Ele se interessa bastante por isso. É que ele quer que fique algum retorno do nosso trabalho para o município. Ele quer que exista arrecadação das empresas para o município. Sendo que acho que por falta de formalização das empresas, o imposto acaba saindo pra outros Estados. E ainda existe o fato de que o caulim sai direto do Junco pra

ser beneficiado aqui vizinho no Rio Grande do Norte, aí já viu, né? O imposto fica lá. [BETO]

Após escutar os relatos dos entrevistados (apontando que embora a extração mineral seja intensa na cidade, poucos recursos são deixados para ela), resolvemos compreender melhor a questão, indagando sobre o caso à pessoas envolvidas com a Política do local, oportunidade em que nos foi revelado que,

No que diz respeito à política de cobrança de impostos no município do Junco frente à extração de caulim , é um sério problema para nós. Das empresas ou garimpeiros autônomos que extraem o caulim, apenas 30 % e olhe lá, paga os impostos, pensando no retorno que isso pode gerar para a nossa cidade, apenas esse percentual, pode-se dizer assim, estão preocupados que recolhem os impostos seja cumprido, visando revertê-lo em prol do município. Em contrapartida, 70 % a 80 % não paga os imposto. O que tem piorado essa situação, é o fato de nos encontrarmos em uma cidade que divide os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. A distância Paraíba entre os dois estados se dá a 2 km. Aí o que acontece, alguém retira o caulim da Paraíba e vai despachar lá no Rio Grande do Norte. Dessa maneira, a cidade do Junco do Seridó só tem a perder. Hoje mesmo, vocês são testemunha, pois viram caminhões e caçambas aí com carradas e mais carradas de caulim , ali dentro não vai menos do que 40 toneladas , passando por dentro da rua sem deixar 1 real de imposto , só danificando o calçamento da minha querida cidade. [...] Além do mais é aquilo que eu falei para vocês ontem, na cidade do Junco, o imposto do CEFEM, que é o imposto do minério, passa um ano pra arrecadar R\$ 400, enquanto isso, a cidade de Equador arrecada por mês uma faixa de R\$11, R\$12, R\$12.500 por mês. [CELSO]

Perguntamos a garimpeiros e a pessoas envolvidas com a Política, o motivo pelo qual eles acreditavam que estava havendo a opção de deixar os impostos no Estado Rio Grande do Norte ao invés da Paraíba. Foi-nos explicado que,

Esse fato faz referência à existência de uma concessão por parte do Rio Grande do Norte, onde a taxa de impostos cobrada para a prática de beneficiamento naquela cidade é de apenas 4%, enquanto que o governo da Paraíba cobra em torno de 16%. Sendo assim, visando à obtenção demasiada do lucro, o caulim extraído no Junco sai da cidade em forma de matéria-prima, vindo a ser beneficiado apenas na cidade de fronteira pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte (Equador), onde é cobrado um percentual de imposto significativamente menor. Não há política nenhuma para resolver esse problema. Eu quero dizer pra vocês que eu estou com 47 anos, meu pai me criou transportando caulim do Junco pra Recife, lá em PE, e durante esses 47 anos de idade eu sempre vi sair caulim dessa cidade pra São Paulo, pra Belo Horizonte, pra Santa Catarina, pra todas as capitais do país. E, ultimamente, de uns 10 anos pra cá, a retirada de caulim da cidade do Junco do Seridó triplicou, porque antigamente era puxado de forma manual da banqueta.[CELSO]

O problema todinho disso aí, é que o caulim não é aprimorado aqui. O que tô querendo dizer é que é levado de forma bruta pra lá pro Rio Grande do Norte, porque têm umas empresas grandes lá nesse Estado, que parece que tem umas diminuições nas cobranças de impostos lá, aí como Equador é vizinho, pertinho daqui, eles preferem levar pra fazer isso lá e lucrar bem mais. [BETO]

Isso aí é muito claro pra gente, só não enxerga quem quer fechar os olhos, mesmo. O que tá acontecendo é o seguinte. O que tá sendo extraído aqui, tá sendo deixado lá no Equador. Essa cidade fica bem pertinho daqui, é aí vizinho no Rio Grande do Norte. Sabe como é que

funciona isso lá? É assim, eles tão recebendo uma boa concessão por parte do governo de lá. Parece que tá sendo cobrado só 4% de imposto em cima do beneficiamento lá. O povo tá correndo daqui, porque o governo da Paraíba cobra em torno de 16%. Quem é que vai deixar de lucrar mais lá, pra fazer aqui lucrando menos. Desse jeito a gente vai ficando sem retorno nenhum aqui no Junco. A cidade vai ficando pra trás, sem desenvolvimento nenhum. Se a gente tivesse pelo menos alguma forma de forçar esse povo cobrar isso aqui, iria ser bem diferente. [CARLOS]

Perguntados então, sobre qual seria a solução para esse problema, alguns atores entrevistados na pesquisa responderam que,

Eu já falei, já disse a sugestão e pode até melhorar com o governo do Estado, com a nossa cooperativa, que aqui temos uma do Seridó para a partir dela encontrarmos uma maneira de deixar esse imposto na nossa cidade. Eu cheguei a falar pra vocês ontem, tem pais de família que passa o dia trabalhando quando chega em casa, na sua residência se depara com seu filho com febre, quando leva aqui à Unidade de Saúde, chega lá pra tomar uma dipirona, infelizmente, o que ele produziu naquele dia todinho, foi embora pra outro município, não deixando dinheiro de imposto, dificultando assim, a compra uma dipirona pra aquele filho que ta com febre. E pode ter certeza, a real situação da extração do caulim no Junco do Seridó, digo, sem medo de errar, o IBAMA sabe disso, a SUDEMA sabe disso, o DNPM sabe disso, porque só depois de ter assumido esse cargo já tivemos aqui, no mínimo, uns quatro ou cinco encontros e, é sempre batendo nessa mesma tecla, que a riqueza do meu município ta indo embora e para o município só está ficando de presente os buracos. [...] Um dos caminhos seria a cooperativa cobrar os impostos. Nós temos aqui na Paraíba, uma cidade chamada várzea, onde eles extraem ferros ornamentais que para tirar um caminhão de

pedra de lá, tem uma guarita. Tem que passar e deixar o imposto logo lá pra Coopervázea, nós temos a Cooperjunco, estamos trabalhando pra isso para que amanhã ou depois o Junco do Seridó seja uma cidade mais desenvolvida. Eu acho que o caminho é a cooperativa, juntamente com o poder municipal e o poder estadual. [CELSO]

Pelo que pudemos observar, as empresas não têm interesse de montar fábricas de beneficiamento no município de Junco do Seridó em razão de que o imposto estadual aplicado é de 16%, enquanto, no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, este imposto é de apenas 4%, favorecendo maior lucro para as empresas. Daí, o caulim sai do município de Junco, não beneficiado, mas em forma bruta, não se cobrando qualquer imposto.

Na entrevista também perguntamos se o Prefeito do município vem fazendo algo pelos garimpeiros, tendo sido nos informado o seguinte:

Olha, o prefeito até que tenta fazer alguma coisa, mas ele sozinho não adianta. Eu acho que os garimpeiros tinham que se juntar e fazer uma manifestação. Pegava uns pneus, qualquer coisa, e parava os caminhões quando fossem passar pra levar o caulim pra o Rio Grande do Norte, que é era pra ver se todo mundo se conscientizava e começava a pagar imposto pra ficar aqui pro Junco. Porque se não tiver desenvolvimento aqui, como é que vão ficar os filhos da gente quando estiverem grandes? Vão acabar nesse trabalho duro também. [JUCA]

Mas aí eu fiquei sabendo que o prefeito daqui tava falando em segurar esse imposto no município de alguma forma. Aí parece que vai ser através da cooperativa. Ele quer que esse material seja beneficiado aqui no município pra ficar algum imposto aqui na cidade[...] Eu acho que a cooperativa tá pautando isso, ainda não fez por falta de condições financeiras pra que ela possa montar uma

*usina de beneficiamento, que possa aproveitar até melhor o caulim.
[BETO]*

Vai completar quase um ano que a gente luta pra começar a tirar nota fiscal dos caminhões de caulim pela cooperativa aqui de Junco, aí quando isso ia começando, entrou essa história de nota eletrônica. Isso criou outro problema, tentaram resolver e até agora não tinha conseguido. Autorizaram agora recentemente, a máquina tá pronta, já está até aí na Cooperativa, mas ainda não tá usando porque não teve um treinamento ainda. [...] é assim, a cooperativa tem o poder de fiscalizar e exigir que todo caminhão de caulim que saia do município tenha que passar por ela. Isso é um acordo da prefeitura, o prefeito está de acordo com isso. Assim tudo ia ser legalizado, controlado. É assim que se tá chegando uma solução pra isso, legalizando tudo, porque o município passa a ter sua participação e não sair mais nada sonegado, só sai pela cooperativa. Primeiro vai ter que ir até lá pegar o título pra poder carregar. Eu só não sei o porquê dessa dificuldade toda. [...] Eu mesmo já fui lá em Patos, lá na Coletoria Estadual, geralmente a gente vai brigar lá em Santa Luzia ou em Patos. Uma vez eu fui lá dizer que a cooperativa não tá pedindo favor não, não tá pedindo isenção de imposto. Esse tempo todinho que a gente vem aqui é só pra mandar um fiscal liberar, pra que o senhor [funcionário da Coletoria] autorize a gente a cobrar dinheiro pro governo, arrecadar dinheiro pro governo. [CARLOS]

Ainda que esse não fosse o nosso foco de pesquisa, percebemos outro grande problema enfrentado pelo município: destruição do meio ambiente. Esta destruição ocorre em todas as fases da extração e do beneficiamento. Na extração existe a destruição do solo, posto que com as escavações e retirada do caulim são deixadas enormes crateras. Por sua vez, na fase do beneficiamento, este ocorre com a colocação dos rejeitos líquidos e sólidos, posto que jogados, respectivamente, nos rios e sobre a terra, sem qualquer preocupação com meio ambiente. Sobre estes fatos, nos relataram que,

Mas com certeza, você pode ter certeza que traz sérios problemas ao meio ambiente. Se a gente andar no município do Junco do Seridó, é possível vê, logo próximo, essa degradação. Aqui a 2 km de distância, no Rio do Junco, conseguimos enxergar a olho nu esse ataque ao meio ambiente. A margem desse rio está mais ou menos uns 50 % coberto de rejeito de caulim. Quem depositou isso lá, não tem nem nenhum interesse de ir retirá-lo, além de não ter deixado nenhum retorno em forma de impostos para a cidade, só fez agredir o meio ambiente. [CELSO]

Isso aqui é rejeito, mas não serve pra nada não. Tudo isso aqui é a parte do caulim que não presta. Quando a gente começa a extrair caulim, primeiro vem isso aí [...]. Aí não tem um canto certo pra botar isso aí não. Às vezes fica dentro da própria banqueteta. Na verdade é pra ficar perto mesmo das banquetetas porque é errado deixar no meio do mato, mas nem todo mundo liga pra isso. Por isso que vocês tão vendo esse aí, longe das banquetetas. Acho que pegaram essa área mesmo pra colocar isso aí, mas ta muito perto da cidade, num pode não. [JUCA]

Esses rejeitos são um problema pra saúde dá gente. Isso aí tem que ter um estudo sério para tentar aproveitar eles. A gente já ficou sabendo de uns estudos sobre isso, já veio gente até da Universidade pra achar uma solução pra isso, mas parece que num tem jeito não. Os anos passam, mas nada muda. Desde que eu moro aqui eu vejo isso aí pelo meio do tempo. Dizem que isso aí prejudica demais a saúde, diz que dá até doença respiratória. Eu acho que tem que arrumar logo uma solução pra isso. Mas no final das contas, não acredito muito que exista. [PEDRO]

Dessa maneira, compreendemos que o não pagamento de impostos sobre o caulim em Junco do Seridó, torna-se um fator de suma importância para a ausência de desenvolvimento e

crescimento da cidade, já que grande parte do caulim produzido em Junco acaba ficando como riqueza para outro Estado, uma vez que sai em forma bruta e só é refinado no Rio Grande do Norte, na cidade de Equador, onde se recolhe o imposto. Por sua vez, os problemas ambientais, de desgaste físico da cidade e as implicações à saúde do trabalhador, são sentidos pelo município, o qual mesmo sem receber qualquer participação, mediante recolhimento de imposto, tem que fazer o atendimento aos garimpeiros e às famílias dos mesmos.

Na pesquisa de campo, percebemos que a atividade de extração de caulim é a principal fonte de renda em Junco do Seridó, sendo responsável pela maior parte do sustento das famílias da cidade. No entanto, as condições de extração trazem muitas consequências para a saúde e a vida dos garimpeiros, mesmo que não reflitam sobre esses aspectos, tais fatores aparecem em suas narrativas. O capítulo seguinte fará uma análise sobre os atores envolvidos no processo de garimpagem e sobre a organização social dos garimpeiros naquele Município e as implicações da introdução de novas máquinas nos garimpos.

IV

A GARIMPAGEM DO CAULIM E SUAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo, falaremos sobre os atores envolvidos na garimpagem, a visão que os próprios garimpeiros têm de sua profissão, sua organização social e os impactos do ofício de garimpeiro.

4.1- Atores envolvidos na garimpagem de caulim

Nas nossas idas aos garimpos de caulim de Junco do Seridó, passamos a perceber que para além da mera figura do garimpeiro, outros atores também estão envolvidos naquele universo. São eles: o dono da terra em que é realizada a garimpagem; as pessoas que possuem autorização para realização de estudo em algumas áreas lá encontradas; os que detêm permissão para lavra do caulim; e os donos do local de beneficiamento do caulim, chamado pelos garimpeiros de “decantamento”.

Dono da terra

O dono da terra é o legítimo proprietário do local a ser explorado. Ele, em sua quase totalidade, arrenda a terra a garimpeiros interessados em extrair minérios no local. A forma de pagamento por esse aluguel geralmente acontece da seguinte maneira: o garimpeiro paga de acordo com a quantidade de material garimpado. Vejamos as declarações abaixo.

Essa terra aqui num é minha não, mas eu já estou aqui há um tempo, porque eu conversei com o dono daqui pra ficar garimpando por aqui, porque o terreno aqui é bom, sabe?[...] Aí é assim, a gente faz assim: a gente vai lá e conversa com o dono da terra e pede pra ele deixar a

gente extrair nela, e aí a gente fica pagando pelo que tira. Aí o acordo da gente com os donos de terra é assim: quando a gente tira dez toneladas de caulim, que dá um caminhão, aí a gente vai e paga R\$ 20,00 reais pra ele. (PEDRO)

Tem um monte de terra por aqui, que ninguém nem sabe quem são os donos. Às vezes a gente até procura eles pra ver se consegue pagar pra usar a terra deles, mas num consegue porque num encontra [...] A gente paga por carrada. Cada carrada que sai, de nove a dez toneladas, geralmente a gente faz o acordo pra dar R\$ 20,00 pra ele. Mas tem canto aqui mesmo que o povo tá explorando sem nem arrendar a terra, num é desonestidade não, é porque num encontra os donos mesmo. Deve ser um povo que tem muito dinheiro, e nem liga pra isso. [BETO]

Após essas explicações, questionamos a um entrevistado se o proprietário acompanha o processo de garimpagem, já que o pagamento é feito pela quantidade de minério extraído. A dúvida era: como o dono da terra pode medir de fato o que é retirado do seu terreno, para então saber o quanto vai ganhar por isso, não estando presente no momento da extração? Foi-nos respondido que

Não, os donos da terra num ficam aqui não. Tem uns que num vem nem buscar o dinheiro, manda outras pessoas virem buscar. Eles confiam na gente, rapaz. Eles têm que confiar, porque tão lidando com homem. A gente tem palavra. A gente só quer o que é da gente. (PEDRO)

Durante a pesquisa percebemos, de fato, que os garimpeiros de Junco preocupam-se bastante com a sua reputação, sempre tentando mostrar que são pessoas honestas, que não visam levar vantagem em cima de outras pessoas. Alguns entrevistados informaram que o pagamento feito aos proprietários é chamado entre eles de “conga”.

Os que possuem autorização para estudo/pesquisa da terra (alvará de autorização para pesquisa)

Com esses não mantivemos contato algum durante a pesquisa, dada a dificuldade de acesso a eles. No entanto a partir de conversas informais com funcionários do DNPM e entrevistas com garimpeiros da região, ficamos sabendo que quem pede autorização para pesquisar os minérios existentes num determinado terreno não precisa comprar a terra, já que o dono da terra não tem domínio sobre as riquezas minerais que existem em sua propriedade.

Para saber se a área que pretende ser estudada está livre para pesquisa, é necessário procurar informações junto ao DNPM. Caso a área esteja livre, se encaminha uma solicitação ao órgão, com o mapa de delimitação da área, a extensão que se quer pesquisar e um plano de pesquisa. Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem requerer a autorização para estudo/pesquisa. Um estudo de pesquisa de área significa que o agente interessado, seja pessoa física ou jurídica, acredita ou tem certeza de que em um determinado local existe substância mineral e que ele deseja extrair tal substância. Assim, inicialmente deve requerer alvará de autorização para realização de pesquisa, que é por tempo determinado, geralmente dois anos. E, com os resultados em mãos, pode-se então requerer autorização para a extração do minério estudado. Os garimpeiros de Junco do Seridó não dispõem dessas autorizações e são conscientes de que são elas que estabelecem legalidade aos que praticam a atividade garimpeira. Todavia, em suas falas eles denunciaram que as autorizações são uma enrolação, pois ficam por muito tempo nas mãos da mesma pessoa. Vejamos declaração abaixo:

Pra ter o alvará de uma terra dessas, tem que pedir lá no DNPM, aí se eles autorizarem, as pessoas que querem estudar aqui ali, já pode entrar na área pra pesquisar [...] aí parece que tem um tempo pra ficar ali naquela área estudando, parece que é de um, se for mais é só mais um pouquinho, não é muito tempo não. Mas essa história aí é enrolação, sabe o que acontece, essa autorização continua na mão de uma mesma pessoa, ou dessas empresas grande que tem aqui por muito

tempo, não sei como eles vão renovando, renovando, renovando. Sei nem se isso pode. [JUCA]

Diante desse depoimento, procuramos o DNPM e um funcionário, sem permitir que gravássemos sua fala, nos explicou que isso pode acontecer no momento em que o pesquisador percebe que o período disponibilizado para a realização da pesquisa é insuficiente. Logo, de forma legítima, é permitido que seja requerida ao DNPM a prorrogação por mais dois anos da autorização para pesquisa, justificando-a devidamente.

Em entrevista, foi mencionado algo que nos chamou atenção: trata-se do fato de que pessoas e empresas que têm apenas a autorização para pesquisa mineral, acabam se apropriando do local e realizando também a lavra.

Aqui no Junco, é difícil alguém ter autorização do DNPM pra garimpar. O que ainda agente encontra é quem tem autorização de pesquisa, mas aí o povo num quer nem saber disso e mete o pau a garimpar mesmo. Dizem que isso aí é errado, mas ninguém vem olhar, né? Eu conheço essa situação desde que sou pequeno. [PAULO]

O depoimento acima, nos despertou o interesse de entender melhor qual a diferença entre a autorização para pesquisa e para lavra garimpeira¹¹, visto que percebemos que a não distinção entre essas duas autorizações foi praticamente naturalizada para os garimpeiros de Junco do Seridó. A partir daí, procuramos esclarecimentos sobre isso com o DNPM, o qual, afirmou que não é permitido quem obtém autorização para pesquisa realizar garimpagem. Afirmou ainda, que em alguns casos excepcionais, no entanto, mediante prévia autorização do DNPM, torna-se possível a extração mineral durante a fase de estudo do local, mas isso se dá quando for a maneira de custear a própria pesquisa. Sobre a questão de fiscalização por parte

¹¹ O regime de extração de bens minerais por garimpeiros chama-se de permissão de lavra garimpeira e está regulamentado pelo Decreto N° 98.812, de 9 de janeiro de 1990. (MORAES BRANCO, Pécio. Site do CPRM/Serviço Geológico do Brasil – atualizado em 22/09/2009).

do órgão, afirmou que o contingente de funcionários é insatisfatório para tanto, daí não poderem realizar fiscalização de modo eficiente, muitas vezes só se apuram as denúncias que chegam ao órgão.

Pelo que restou narrado acima, ficou fácil perceber que as pessoas ou empresas que têm autorização para pesquisa no município fazem de conta não ter conhecimento de que no local reservado a eles, existem garimpeiros em plena atividade de garimpagem. E isso ocorre devido ao fato de as empresas e pessoas físicas com autorização se beneficiarem da garimpagem realizada, posto que o caulim ali extraído vai para as próprias empresas ou para os atravessadores. Ficando dessa forma desobrigadas de todos os encargos sociais de um possível trabalhador legalmente contratado.

Os que possuem autorização para lavra

Como no caso dos que possuem autorização para pesquisa, também não tivemos acesso a pessoas portadoras da autorização para lavra de minérios nas terras de Junco do Seridó. Tendo então, um dos entrevistados informado que o processo para autorização acompanha os seguintes trâmites:

O primeiro passo é conseguir autorização de pesquisa, aí depois que ele tem isso é que agora ele pode pensar em pedir isso ao ministro de Minas e Energia. É ele que faz a autorização de lavra. É assim, se a pessoa que tiver interessada satisfizer as exigências legais, o ministro de Minas e Energia assina a permissão para garimpar. Aí depois disso a pessoa tem até seis meses para começar a garimpar o que foi descoberto. (CELSO)

Nas visitas ao campo, não foi possível identificar ao certo, se na cidade do Junco existia pessoas ou empresas detentoras dessa autorização. Os garimpeiros vez ou outra

citavam alguém ou alguma empresa, mas sem muita precisão. Nesse sentido, em consulta ao site do DNPM – “consulta de processos”, realizada em junho/2011, tomamos conhecimento de que não existe autorização de lavra de caulim para no município de Junco. No entanto, lá a garimpagem ocorre a todo vapor.

Donos do local de beneficiamento do caulim

A maior parte dos locais de beneficiamento do caulim de Junco do Seridó é são de pequeno porte. Em sua grande maioria, essas pequenas empresas têm como proprietários homens que já trabalharam no garimpo. Eles se tornam bem sucedidos na profissão, juntam uma quantia em dinheiro e montam o seu próprio negócio.

Um amigo meu é o dono deste decantamento aí, oh. Ele era garimpeiro também, aí juntou um dinheirinho e botou isso aí. Mas não tá tendo muito lucro não. Parece até que ele tá querendo voltar pro garimpo. É porque isso aqui vende a matéria-prima, aí vende barato demais. Agora, ele vende pra empresas maiores, lá pro lado de São Paulo, Recife, Minas Gerais, até mesmo João Pessoa. Elas lá sim é que ganham dinheiro, porque elas revendem pras fábricas grandes [...] Agora eu num sei nem dizer por quanto é que elas vendem o caulim refinado. [JUCA]

O que percebemos foi que mesmo os garimpeiros que montam um decantamento tendo a expectativa de melhoria de vida e de condições de trabalho, dificilmente isso acontece, porque o lucro não é como o esperado. Ocorre que o caulim é vendido ainda em sua forma bruta para empresas de grande porte, que possuem o maquinário apropriado para o refinamento. São essas empresas que ficam com a maior parte dos lucros, pois compram o minério em Junco por um baixo preço e, após refiná-lo, o vendem por alto valor às indústrias.

O dono da terra, os que possuem autorização de pesquisa e de lavra, bem como os donos de “decantamento” tornam-se atores coadjuvantes no contexto da atividade garimpeira, se comparados à figura do garimpeiro. Este será mais bem explorado na seção a seguir, quando se tentará refletir sobre a questão, numa tentativa de perceber como os trabalhadores do garimpo veem sua profissão.

4.2- A visão da garimpagem a partir dos próprios garimpeiros

Desde o início da pesquisa tivemos sempre a intenção de compreender como aqueles homens entrevistados descreviam a sua profissão. Para tanto, fizemos uma série de indagações. Inicialmente, começamos perguntando aos garimpeiros o porquê de terem ingressado na profissão.

Rapaz, faz tanto tempo que tô nesse ramo aqui, já faz mais ou menos uns trinta anos. Hoje tô com 50 anos, mas sempre trabalhei no garimpo, já trabalhei até nuns garimpos em Recife. A gente entra nisso aqui não sabe nem porque direito, na verdade a gente até sabe, é falta de opção mesmo. Quando vê, já tá dentro desse trabalho difícil. Não é por opção, não. [BETO]

Eu tô nessa vida desde pequeno. Desde pequenininho eu já acompanhava meu pai pro garimpo. A gente entra sem nem perceber, quando vê já tá no garimpo. Eu ia pra ajudar meu pai e fui me acostumando com aquilo ali. Mesmo depois que ele morreu no desabamento da banqueta que ele trabalhava que contei, eu num sai dessa vida, não. Meu irmão quis saber do garimpo mais, não, mas eu continuo aqui no meio do caulim. E eu também já trabalhei em um monte de garimpo em outras cidades, depois de grande voltei pra aqui de novo pra tirar caulim daqui. Depois que você entra nessa vida, tem como sair mais não. A gente num sabe fazer outra coisa e

num tem estudo pra arrumar coisa melhor, pelo menos agente tá ganhando o sustento direitinho[...] Mas esses dias tô parado[...] é que a banqueta que eu trabalhava foi interditada pelo DNPM, aí agora tou me virando com um carrinho velho que eu tenho e fazendo de taxi, porque se não, como vou dá de comer a meus filhos? Mas, eu tou querendo voltar logo pro caulim, se eles não liberarem eu vou pro garimpo mesmo assim [...] O táxi dá dinheiro não, é uma “mincharia”, o caulim pelo menos tiro meu ganho certo de sustentar meus filhos.[JUCA]

Eu entrei faz pouco tempo, eu trabalhava em outra coisa [...] trabalhava numa empresa de energia, mas aí me botaram pra fora, aí tive que segui a profissão que quase todos os homens da minha família têm mesmo. Tive nem como escapar, se não ia morrer de fome. [JOVEM 2]

Na minha casa o meu pai não é garimpeiro, não, moça, ele é agricultor. Aí entre ser agricultor e ser garimpeiro, eu prefiro é ser garimpeiro, pelo menos eu acho que ganha mais um pouquinho, é só passar o dia todinho trabalhando que tem meu dinheirinho certo. E aqui também não tem outra opção não, visse? Entra de todo jeito, mesmo. [JOVEM 1]

Rapaz, bem dizer desde que eu nasci trabalho no garimpo. Meu pai trabalhava com garimpo, meu pai faleceu. Aí, com 10 anos comecei a trabalhar, porque num tinha outra coisa mesmo. [...] Depois de um tempo eu comecei a trabalhar com gado, eu tenho umas cabecinhas de gado, mas não dá muito dinheiro não. É por época. [LUIZ]

Assim, através das falas, percebemos, em sua grande maioria, eram imbuídas de angústias. O garimpeiro tem consciência de que seu trabalho é árduo, mas alega que essa é a única fonte de trabalho e geração de renda para o seu sustento e o de sua família.

É uma profissão difícil, que ainda tem que ser melhorada bastante. É que agente ainda não tem outra opção. Quero dizer assim, no momento não tem muita condição, mas pode ser que amanhã se tenha condição de ter um trabalho melhor. [...] Eu entrei aqui no minério do caulim porque é mais fácil de trabalhar, o caulim é um minério mais fácil de se trabalhar. [BETO]

Assim, tem que achar bom quando chega aqui. Não tem outra opção mesmo. Tem que se ajeitar com o que tem. Aqui no Junco num tem opção não. Agora assim, é com o dinheiro que eu ganho aqui que eu me sustento. [...] Eu sou solteiro, mas minhas coisas quem compra sou eu mesmo. Porque eu moro só com a minha mãe, sabe, e eu tenho ainda que ajudar a comprar coisa pra casa, porque ela num trabalha mesmo, só faz uns bicos, e tem vezes que tem dinheiro e tem vezes que não tem. Aí pelo menos aqui eu tenho um dinheiro certo. [JORGE]

Meu pai e meu irmão também são garimpeiros. Eu tô trabalhando aqui faz dois anos. Num é a melhor coisa do mundo não, mas tem que se acostumar. Quando sai lá da empresa de energia, aí eu nem fui procurar outro trabalho não, porque sei que num tem outro emprego não. Preferi vir direto pro caulim. Nessa cidade num tem outro trabalho não, só é o caulim mesmo. [MARCELO]

Não tinha outro jeito, não tinha outra renda [...] a gente vive disso aí, tira caulim, tem vez que tira, tem vez que num tira, e aí vai vivendo. Num trabalho muito com o caulim não, porque eu lido com gado, mas

aí tenho que esperar o gado engordar. E enquanto ele engorda tenho que viver do caulim mesmo, né? Se não, como é que vou arrumar o leite dos meninos? Mas esse trabalho é muito sofrido, tou muito velho, tem dia que nem consigo vim pra banqueteta, fico todo quebrado e não consigo vim. Esses meninos aí são novos, por isso ainda tão aguentando o batente. Eu não, tenho quase 50 anos, aguento mais não. Quero meus filhos fazendo outra coisa na vida que seja bem diferente de escavar esses buracos pra tirar esse caulim. [LUIZ]

O trabalho no garimpo né fácil não, só aguenta quem tem disposição, mesmo. Era bem melhor que a gente tivesse outra opção de vida, mas que a gente ganhasse um dinheirinho bom. Eu mesmo num quero isso pro meus filhinhos, não. Quero que eles estudem e ganhe bem com que eles trabalhem, sem precisar sofrer tanto. [JUCA]

Questionados se eles consideram que a profissão de garimpeiro tem riscos, responderam o seguinte:

O risco ainda é muito grande. Eu trabalho aqui faz muito tempo, já faz mais de trinta anos, e já vi tanta coisa acontecer. Gente que morre de graça, que fica aleijado. O maior risco aqui é com relação a acidente, mesmo. Tem muito desabamento nas banquetetas aqui. Não é pouco não, viu? [...] com relação à saúde sei responder direito não, mas deve ter um bocado, sim, só que no caulim é menos. Acho que tem mais pro lado das pedras que o povo trabalha com explosivo. A silicose mesmo eu acho que não tem muito no caulim, não. [BETO]

Meus 2 filhos são pequeninhos ainda. Um tem 5 anos e outro tem três anos, eles sempre vêm aqui e olha e diz “pai, tu vai morrer e eu num digo nada, visse? E quem vai fazer nossa feira pai”. Eles dizem

assim, e eu fico com o coração apertadinho porque sei que é verdade isso mesmo, imagina aí se eu morro num buraco desses aqui, sei o que vai ser deles não. Isso aqui é muito perigoso, se o gado desse o sustento dos meus filhos o ano todo, tava aqui mais não, tô velho demais pra isso. [LUIZ]

Perigoso é, mas num acho muito, não. A gente só tira caulim dos cantos que a gente vê que não tá rachando, essas coisas. Tem que ter cuidado. Mas eu sei que se um troço desses desabar por cima da gente, morre todo mundo lá em baixo de baixo de pedra, olha a altura disso aí, moça. [JORGE]

Isso aí é muito é perigoso, fico morrendo de medo da gente ficar por debaixo de pedra. Mas fazer o que, né? Num tem outra coisa, tem que se conformar com isso. [MARCELO]

Perigoso é, mas também num é tão assim como o povo fala, não. É só ter cuidado. Eu quando tô tirando caulim eu tenho o maior cuidado, sou cuidadoso. É que esse povo entra nas banquetas de todo jeito, num olha nem se tá perigosa ou não. Eu tenho todo cuidado, e eu ainda aviso a gente aqui quando num tá dando mais pra garimpar, mas o povo num escuta e olha aí no que dá, um monte de morte por falta de cuidado. É que pra tirar caulim, tem que ter gente experiente junto pra ir mostrando onde pode abrir, porque se não pode dá em morte mesmo. [JUCA]

Diante do que escutamos, perguntamos aos entrevistados se eles estavam satisfeitos com o retorno financeiro que o garimpo estava proporcionando para eles. Em diversas ocasiões, ficou nítida a satisfação de alguns em relação ao dinheiro propiciado pela atividade. As respostas foram as seguintes:

É, mais ou menos. Num é um bem, bem sucedido. É que tem que melhorar algumas coisas. Mas assim, eu consigo sustentar minha

família direitinho. Eu tenho seis filhos, eles estudam direitinho. Uma já tá até fazendo faculdade em Campina, é alguma coisa da saúde. Meu outro filho mais novo, quer ser engenheiro de minas, e eu dou o maior incentivo pra eles. Quero que os meus filhos estudem e tenham uma profissão diferente dessa aqui. [BETO]

Eu gosto mais de trabalhar com o gado do que com o caulim, sofre menos, mas o caulim dá mais dinheiro pra gente. É que o gado tem que esperar engordar pra vender e não dá pra vender todo o tempo [...] quando a gente vende é que tem dinheiro, aí num tem futuro, se não meus dois filhos vão morrer de fome. E só vale uns oito “rês” só. [LUIZ]

Homem, o garimpo né ruim não. Dá um dinheirinho bom, visse? Tenho do que reclamar, não. Só assim do trabalho ser pesado, mas o dinheiro né ruim, não. Esse carrinho mesmo aí que eu tenho, é velhinho, mas eu comprei com esse dinheiro [...] Você indo pras banquetas todo dia, se num chover essas coisas, você tira um dinheirinho bom no fim do mês. É um trabalho pesado, mas dá pra ganhar o dinheiro de fazer as compras do mês. Eu tenho cinco filhos e dou de comer a tudinho com esse dinheiro. Por isso que tô querendo voltar logo pras banquetas. [JUCA]

Moça, eu trabalho por diária, eles me dão R\$ 30,00, aí quando venho recebo, quando não venho, num tenho um “tustão”. Mas assim, dá pra comprar minhas coisas. Eu estudo, sabe? Eu tô no terceiro ano. Eu queria pelo menos arrumar um emprego numa coisa menos pesada aqui na cidade mesmo, porque não pretendo sair daqui de Junco, não. [JORGE]

Não é muito bom, não. Mas como aqui nessa cidade não tem outra coisa, aí a gente tem que se acostumar a trabalhar pesado pra ter um dinheiro, pelo menos acho que a gente ganha mais um dinheiro aqui, do que em outras coisas [...] queria tá lá na empresa de energia ainda, tinha meu dinheirinho certo, mas como num tô mais lá, tenho que me acostumar com essa vida, mesmo. [MARCELO]

Pelo que pudemos observar, os garimpeiros de caulim reconhecem que o trabalho por eles realizado é difícil, duro e perigoso. Porém os mesmos se submetem a ele em razão de ser um dos mais rentáveis na região, não tendo outro que possa oferecer a mesma rentabilidade oferecendo-lhes menos riscos. Essa resignação em relação às condições de trabalho nos garimpos acaba fazendo com que muitas coisas se perpetuem. Também percebemos que alguns garimpeiros de Junco do Seridó, mesmo em minoria, estão tentando conseguir melhorias para a vivência nos garimpos através da formação de uma cooperativa, assunto que será discutido na seção seguinte.

4.3 - Organização social dos garimpeiros

A vida nos garimpos de Junco de Seridó sempre foi marcada pelo trabalho individual e informal. A informalidade é tão frequente (se não mais) e crônica quanto o desemprego para os garimpeiros. A informalidade, neste texto, é entendida como ausência de contratos formais de trabalho num contexto de baixa remuneração; para eles, é um fenômeno ligado às próprias condições de vida, já que consideram fazer parte da trajetória laboral. A ideia de empresas legalizadas, com suas obrigações sociais e preocupações ambientais, que incentive o crescimento e o desenvolvimento local, com recolhimento de impostos para o município, é algo que não está presente naquela realidade.

Frente a tais situações, alguns garimpeiros procuraram uma maneira de se organizar para tentar formalizar e legalizar a atividade garimpeira, trazendo-lhe assim melhorias. Desse modo, decidiram fundar uma cooperativa, por acreditarem que seria a melhor alternativa para solucionar os problemas apresentados naquela forma de trabalho. Em 16 de fevereiro de 2008

foi criada a Cooperativa dos Mineradores dos Municípios que formam as Regiões do Seridó, Cariri e Curimataú do Estado da Paraíba Ltda. – COOPERJUNCO, com o objetivo de que surgisse no local uma empresa de todos. Sua sede administrativa está localizada em Junco do Seridó. Para entender como foi formada e como funciona a cooperativa procuramos um de seus fundadores. Em detalhes, ele nos explicou que:

Eu sempre fui comerciante, vim pra qui há 25 anos, vim aqui comprar carrada de pedra pra botar numa obra. Cheguei aqui e vi a riqueza, e me apaixonei por isso, aí achei que tinha chance de exploração, mas não tinha divulgação. Fomos devagarzinho lutando, depois tomou pé. Hoje, já é o ganha pão de muita gente [...] logo quando cheguei aqui, fundamos umas pequenas empresinhas pra ver se organizava as coisas, mas não tive sucesso [...] porque? Porque a coisa foi desenvolvendo, mas a informalidade tomou conta, aí você sabe que é difícil, principalmente, para uma pequena empresa legalizada, com todas as suas obrigações sociais, até se preocupando um pouco com a questão ambiental [...] aí a empresa passou a viver onde? no meio da informalidade [...] formando aquela briga, o cão comendo a própria cauda, um agourando o outro. E o produto nunca se valoriza. Nunca conseguimos agregar valores e nem eu consegui através dessa empresa. Passei a pensar a partir daí uma solução pra essa situação. Uma forma que as coisas andassem pra frente nos garimpos, tanto da pedra, como do caulim [...] de tanto pensar sobre o assunto, cheguei a conclusão que a única maneira de organizar isso seria através de uma cooperativa que tivesse voltada para todos os tipos de garimpagem aqui do Junco, pois traria formalidade e legalização, que é a empresa de todos [...] ela teria condições de desenvolver e trazer grandes impostos para o município. Primeiro, porque comecei ler a lei do cooperativismo e comecei a notar que a cooperativa é o único órgão que tinha condições de se preocupar e obedecer as regras do meio ambiente, da saúde[...] o município é rico no minério [...] tem muita riqueza natural [...] nós temos aqui: caulim, temos o quartzo [...] então é riquíssimo [...] Tem solução, o problema tem que

ser através de uma cooperativa, que tenha apoio do ministério, pra conseguir fazer a coisa como deve ser. É perigoso, causa muita morte, porque os garimpeiros não têm condições de formar uma jazida, abrir uma lava conforme deve ser feito, não há condições, não tem apoio, não tem cobertura, não tem incentivo, nunca houve [...] o que eu percebi era que isso não era um projeto dos sonhos, não era apenas sonhar, se iria dar certo ou não, não sabia, mas a gente tinha que tentar. Então resultado foi a cooperativa, a COOPERJUNCO para que através de uma organização legal dos trabalhadores, gerasse divisas e imposto e, a partir daí, gerasse riqueza, para o município, para o estado e para o próprio federal.

Segundo o entrevistado, a cooperativa seria a única forma de retirar os garimpeiros de Junco da informalidade, pois:

Na cooperativa, ninguém é empregado, exceto o quadro de funcionários, mas sendo cooperado e sócio ele é dono, mas ele vai recolher no carnê pra ter benefício, direitinho, um por um, cada qual, e isso eles não querem entender. Apesar de já ter sido mostrado que há uma grande vantagem pra o garimpeiro, eles não entendem. Porque veja bem, tem uma anistia que até com 15 anos de profissão ela já pode se aposentar se for entendido que ele pode ter adoecido, ou sofrido um acidente. Não sei se foi mal entendido, mas quem falou foi o pessoal de Brasília e que tem uma taxa bem menor, mais barata a mensalidade, num é que nem o autônomo. É quase 50% a menos. Essa legalização aconteceria pra quem é de uma cooperativa, porque tem uma exigência do ministério, que só tem direito a essa anistia, essas vantagens, sendo cooperado, sócio de uma cooperativa. A não ser, todo cidadão tem que pagar ao INSS, mas vai pagar ele autônomo, normal, pagar quase cem reais. Sendo de cooperativa o recolhimento dele é menor e tem direito a vantagens. O valor chega só até uns 20 reais e pouco. Aqui eu num

conheço ninguém legalizado, que paga ao INSS. Só tem eu, mas eu pago individual. [CARLOS]

De acordo com o relato acima, verifica-se que a cooperativa foi criada com o intuito de legalizar a atividade garimpeira, tornando-a mais segura e rentável, propiciando o direito à aposentadoria. Ela funciona por intermédio de cotas, por capitalização. Não existe uma taxa fixa de contribuição dos cooperados, que seja pré-determinada pela cooperativa, pois cada um investe a quantidade de dinheiro que quer. Conforme consta no regimento da cooperativa sua finalidade é o fortalecimento da cadeia de produção mineral, tendo como preocupação preparar seus associados para prática da cidadania, além de inseri-los de forma ativa no contexto social e econômico do país¹². A cooperativa é formado por três membros da diretoria executiva (o diretor presidente, administrativo-financeiro e comercial) e seis membros do conselho de administração.

De acordo com a perspectiva formuladora da cooperativa, ela serviria como peça fundamental para o desenvolvimento de Junco de Seridó e, principalmente, dos garimpeiros. Os entrevistados nos explicaram que a Coperjunco funciona, ou deveria funcionar, da seguinte maneira:

A cooperativa tem um presidente e tem umas pessoas que ajudam nas coisas, tem quem é da parte comercial, tem os conselheiros, as pessoas que trabalham no financeiro. [...] a gente era pra se reúne de 15 e 15 dias, mas nem sempre o povo vai. Mas mesmo assim, é na reunião que a gente decide as coisas. Meu primo até é um diretor de lá, é do conselho. [...] Eu não faço parte da direção, eu só sou associado mesmo. [PEDRO]

A cooperativa funciona por reunião, pra resolver as coisas tem que ter reunião com os associados. Tem um conselho lá, mas a gente tem que

¹²

O regimento interno da cooperativa foi disponibilizado por um de seus membros.

ter consciência que todo mundo é dono daquilo ali, as decisões tem que ser tomada por todo mundo. Mas os garimpeiros num vão, aí fica difícil pra gente decidir qualquer coisa, porque fica esperando um dia que eles forem. [BETO]

Quando o povo entender a importância da cooperativa ela vai começar a ter a capacidade de render divisa e arrecadar dinheiro, porque ela vai fazer o papel de atravessador. Ela mesma teria uma pessoa que faria a travessia, pra levar o caulim que é tirado pelos garimpeiros daqui pra indústria. Aí assim o caulim ia passar a ter valor, e os garimpeiros iam melhorar de vida. [...] Daí ela não ia tirar ninguém do mercado, ao contrário, ia conseguir até selecionar e classificar os produtos. E agregar valor neles. [...] Mas tudo deve ser decido nas reuniões, que re para ter de 15 e 15 dias. Sendo que o povo não vem, tem reunião que só tem uma, duas pessoas. [...] O que a gente quer é que chegue um dia em que a cooperativa possa ter um monte de máquinas, pra ajudar os garimpeiros que não podem comprar. E aí todo mundo ia usar elas. [CARLOS]

A cooperativa é a solução pra resolver os problemas do garimpeiro, né? Pra dar uma condição de vida pra eles melhor, por causa da extração e do reconhecimento das áreas de extração. Mas sendo que a maioria dos garimpeiros parece que num vê isso, porque num faz parte da cooperativa. [...] Olha, eu acho que aqui no Junco tem bem uns 600 garimpeiros, mas a grande maioria não é vinculada a cooperativa. Só tem 150 que faz parte da cooperativa e desses a maioria nem vai pras reuniões. [BETO]

O problema da cooperativa, que faz com que ela não consiga ser melhor, é porque tem pouco garimpeiro que faz parte dela. Em torno bem de uns 700 garimpeiros que tem aqui no município, só 150 tão na

cooperativa. Mas hoje já tá bem melhor, porque quando a Cooperjunco foi criada só tinha 27. Então a gente sai de 27 pra 150, já é muita coisa, mas ainda não tá bom, é preciso de mais gente pras coisas mudarem. [CARLOS]

Agente tá trabalhando pra ver se coloca essa cooperativa pra funcionar, só que a classe é muito desunida, num se entende, aí fica muito complicado. A briga vai rolando e nada vai se resolvendo. Os cabras dizem que não vê futuro ali na cooperativa, aí uns vão pras reuniões, outros num vão, mas tem que ter associado ali pra gente trabalhar localizado mesmo, que isso é que o certo. Mas eles mesmos num dão apoio pra cooperativa aí fica difícil. [...] Todo mundo era pra pagar uma quantia de mais ou mesmo 15,00 reais por mês, que era pra funcionar direito, mas ninguém faz isso. Porque pra funcionar a cooperativa ela tem que ter uma secretária, um computador, tem que pagar a energia, mas se o povo não contribui fica difícil. [PEDRO]

Através do que restou colhido, observamos que as pessoas já envolvidas com a cooperativa reconhecem o valor da mesma, todavia, reafirmam que o número de cooperados ainda é bastante pequeno comparando com o número de garimpeiros existentes na área. Isso dificulta o fortalecimento da referida cooperativa, notadamente frente aos atravessadores existentes no comércio de minério na região.

Diante do contido acima, procuramos falar com garimpeiros que ainda não são cooperados, a fim de saber por que os mesmos não se juntaram à cooperativa. Foi revelado o seguinte:

Sabe por que eu num vou pra lá, porque aquela cooperativa num funciona não. Um dia mesmo eu fui pra uma reunião lá, porque disseram que estavam esperando um tal de engenheiro de minas. Eu fui

e fiquei esperando e nada da reunião começar e desse engenheiro aparecer. Tinha um monte de problema pra resolver naquele dia na reunião. Mas só queriam começar quando o engenheiro chegasse. Ai eu disse assim, vamos fazer a reunião gente, com a gente aqui, num vamos esperar por esse engenheiro não, porque a cooperativa aqui somos nós. Mas ninguém nem me escutou, aí eu fiquei logo irado, peguei o carro e fui me embora. [...] No início eu até ia. Mas depois num funcionava direito, uma desorganização. E eu num tenho tempo pra perder não. Eu já chego em casa cansado, trabalho o dia todinho aqui. Ai quando chego em casa, ainda era pra passar a noite todinha lá e a direção nem ia. Teve noite da gente ficar esperando a noite todinha pra nada, que nem a direção num ia. Ai vinha pra casa e num resolvia nada. No outro dia eu tava era cansado pra vir trabalhar. [JUCA]

Eu que não participo disso. Eu já ganho quase nada, se eu for dar dinheiro pra cooperativa, vou ficar pior ainda. Eu num vejo ela fazendo nada mesmo. Tem gente que vive dando dinheiro pra ela e tá do mesmo jeito que eu. [JORGE]

Eu nem sei como funciona direito aquela cooperativa. Quer dizer, no meu ver aquilo nem funciona. Eu num tenho nem o que falar daquilo ali. Dizem que tem umas reuniões, mas eu nem ligo de me associar aquilo ali não, porque é tudo reunião de fachada. [JUCA]

[...] Assim, seria bom que ela fizesse coisa boa pra gente, que tivesse máquina, que a gente fosse legalizado. Mas eu num vejo nada acontecer, aí eu num ligo de participar. Agora, se ela fosse boa mesmo, se funcionasse, eu ia. [MARCELO]

Olha, eu acho que a cooperativa é a solução mesmo pros problemas daqui. Mas sabe porque eu acho que o povo num acredita nela? Eu vou dizer agorinha mesmo: por exemplo, quando a gente chega lá é muito difícil encontrar a direção. Sempre é assim, ah porque foi resolver uma coisa em Campina, ah porque foi resolver uma coisa em João Pessoa. Ai o garimpeiro nunca encontra esse povo. Se precisar falar pra resolver alguma coisa num pode porque num encontra ninguém. Ai o povo fica descrente disso. Agente não quer essa mulher porque ela é de fora. [PEDRO]

Como visto, os garimpeiros acima justificam sua não participação na cooperativa pelo fato de que não confiam na mesma, notadamente pelo fato da ausência das pessoas que fazem parte da administração.

Frente às acusações feitas à direção da cooperativa, procuramos por diversas vezes entrar em contato com a atual direção, mas não conseguimos êxito, de forma que a presidente da Cooperjunco não foi entrevistada nenhuma vez. Para preencher essa lacuna, conversamos com alguns membros atuantes da cooperativa, que argumentaram que:

O povo só faz falar porque quando chega, a diretora num tá. Mas ela num tá, porque ela num é daqui do Junco. Sendo que quando é pra escolher alguém daqui pra cuidar da cooperativa, ninguém quer, porque ninguém quer ter responsabilidade. Ai é muito bom falar, mas fazer mesmo ninguém quer fazer nada. Nem ir pra uma reunião num quer, mas quer que tudo seja resolvido. Eu num sei como é que pode ser isso. Porque veja bem, ela não recebe por isso aqui não. Então se recebesse alguma coisa o povo podia até querer, mas como num recebe ninguém quer trabalhar de graça. [CARLOS]

Olha, o povo fala da diretora sendo que ela faz o que pode. Mas ela não mora aqui. O bom mesmo seria tirar ela e colocar uma pessoa daqui, mas ninguém quer assumir. Porque tem que ser uma pessoa mais presente no município. A gente sabe que ela aparece pouco por aqui mesmo, nesse ponto o povo tem razão, mas se não tem outra pessoa, vai fazer o que?[BETO]

Rapaz, eu já bati demais nessa tecla ali dentro. Eu não sei se a culpa maior lá é da mulher, ou do próprio garimpeiro que só faz reclamar e não faz nada pra mudar essa situação. Acho que os dois lados têm culpa nesse “muído”. A mulher demora pra aparecer aqui, isso é verdade, mesmo, nisso eles tem razão. Agora, os garimpeiros também não aparecem nas reuniões e ficam reclamando de tudo. Eu faço de tudo pra essa cooperativa dá certo, eu queria muito que desse certo, mas tá meio difícil isso. [PAULO]

Refletir sobre a situação da COOPERJUNCO frente aos garimpeiros de Junco do Seridó, não é uma tarefa fácil. Isso porque, enquanto parte dos garimpeiros vê a cooperativa como solução para a melhoria de suas condições de trabalho, outros a considera incapaz de trazer algum tipo de mudança para sua profissão e, por isso, dela, não participam. Esse impasse acaba gerando uma espécie de ciclo vicioso, pois se a única forma de a cooperativa ter eficácia é contar com o apoio dos garimpeiros, isso se torna algo cada vez mais distante, na medida em que os que não acreditam nela se distanciam, contribuindo para seu enfraquecimento. De acordo com o que vimos, percebemos que os garimpeiros atribuem a falta de confiabilidade na cooperativa à ausência de um representante que seja presente, que quando precisem ter contato com ele, consigam. No entanto, ficamos sabendo que os dois primeiros presidentes da Cooperjunco eram da cidade, e mesmo assim já existiam baixos índices de participação.

Vistos todos esses fatos, fica nítida a tamanha complexidade em que a análise dessa situação nos coloca. Mas vale salientar que como a organização social dos garimpeiros não é o foco central de nosso estudo, não avançamos mais nesse aspecto. Ainda assim, o que

podemos compreender de modo geral, é que há uma tendência à perpetuação das condições de trabalho garimpeiro em Junco, posto que, mesmo com a criação da cooperativa, que já existe há três anos, não conseguimos visualizar nenhuma mudança significativa. A proposta inicial da Cooperjunco, tirar os garimpeiros da informalidade e assim contribuir para a sua melhoria e para o crescimento e desenvolvimento da cidade, não se concretizou ainda. Em decorrência, os garimpeiros continuam informais e individualizados, dificultando implementação de formas de trabalho menos precarizadas.

4.4- Impactos do ofício da garimpagem

Como já mencionado ao longo deste trabalho, o exercício da garimpagem do caulim traz muitos riscos ao trabalhador. Eles vivem na iminência de contrair doenças, pois quando não ficam expostos ao forte sol durante todo o dia, trabalham em túneis desprovidos de luz solar, nos quais há baixa capacidade de oxigenação e exposto à sílica – dióxido de silício, correndo o risco de desenvolver doenças de pele e respiratórias. Essa situação é preocupante, já que a maior parte dos garimpeiros não tem consciência da dimensão desse problema, vendo-o com naturalidade. Vejamos trechos de entrevistas.

*Olha o trabalho da gente aqui no caulim num é bom não, mas esse negócio de que dá doença eu num acho que é certo não. Um dia mesmo veio uma enfermeira aqui dizendo uma história de silicose, que tinha que ter cuidado, é um tipo de doença no pulmão. Mas eu num acho que isso tem aqui não. Tá, eu num vou dizer pros garimpeiros de pedra, porque pode ver que ela já é até preta. Mas pro caulim não.[...] Agora essa doença de pele pode até ser, mas deve ser mais pra quem é branco que fica todo vermelho, mas quem é escuro assim, tem perigo não.
[LUIZ]*

Eu já escutei falar muito dessas doenças de pulmão, chamam por aqui de silicose. Mas essas doenças só dá mais em quem mexe com pedra.

[...] Por aqui já teve também, mas muito pouco, quase não se ouve falar disso aqui no caulim. [...] Eu tenho umas manchinhas no corpo, já mandaram eu cuidar disso, minha mulher vive mandando, mas eu num sinto nada não, isso aqui é da idade mesmo. [BETO]

Rapaz, morte por doença assim, eu não tô lembrando não. Tem um caso ali de um homem que tá meio doente, vive tossindo, aí o povo tá dizendo ali que é silicose. Mas eu num sei não, ele tá bem doente, mas não acho que é isso não. Sei lá, eu num sei direito disso não. Mas silicose aqui no caulim, se ele fosse da pedra. [JUCA]

Como visto nos depoimentos acima, parece que os garimpeiros de Junco não têm conhecimento de que a sílica, encontrada notadamente no minério quartzo, é capaz de causar doenças como a silicose. Para os garimpeiros o maior risco encontrado na garimpagem de caulim é o de acidentes ocorridos nas banquetas. Efetivamente, pelo que restou colhido através das conversas com os garimpeiros, é que para eles, os riscos de morte, em decorrência de doenças de pele e respiratória são pequenos se comparados com os de desabamento das minas, posto que, estes são frequentes no município, e quando não matam, deixam sequelas para o resto da vida desses homens.

Logo que entramos em “campo”, ficamos sabendo que há poucos meses havia ocorrido uma série de acidentes nos garimpos em Junco. E que por este motivo muitas banquetas haviam sido interditadas. Também fomos informadas sobre a morte recente de um garimpeiro, que deixou a mulher com quatro filhos, todos menores de idade, e que a mesma vive na rua pedindo ajuda a um e a outro, posto que até o presente não conseguiu receber pensão junto ao INSS - instituto de previdência social.

Durante toda nossa pesquisa, os garimpeiros falavam dos acidentes ocorridos nas banquetas em razão de desabamento, sempre afirmando que quando os mesmos não ocasionam a morte deixam sequelas irreversíveis para o garimpeiro e toda sua família, posto

que, em muitos casos, mesmo estando vivos não voltam mais para o trabalho, em razão dos ferimentos causados pelo acidente, nem tampouco recebem benefício previdenciário, face a sua condição de trabalhar na informalidade.

Visando melhor explicitar essa condição de fragilidade dos garimpeiros e de sua família, resolvemos visitar uma viúva, que perdeu seu esposo em acidente ocorrido na banqueta, a qual passou a relatar o seguinte:

Meu esposo trabalhava no caulim e sofreu um acidente, ele já trabalhava há muito tempo. Tinha mês dele ganhar 60 reais, a gente passava fome, mesmo ele trabalhando direto, até no domingo ele trabalhava. A comissão dele era pouca. Ele trabalhava de clandestino, aí pra tirar uma carrada de caulim, ele e outros que trabalhavam com ele, tinham que pagar o motor que não era dele, tinha que pagar uma porcentagem do guincho, tinha que pagar uma engrenagem que era o negócio que puxa o caulim, e ainda tinha que pagar vinte reais de cada carrada ao dono da terra [...] eles que pagavam. Eram seis trabalhando na banqueta. Do caulim que eles tiravam, tinha que pagar tudo[...] olhe, minha filha, eu não fiquei com nada. As cartas que eu levei pro INSS tão tudo ali, se quiser olhar. Foi negada as duas cartas que fiz. Eu fiz como se ele fosse agricultor, sabe? Dizendo que o sustento da gente era da agricultura, porque antigamente ele já tinha sido agricultor. Levei os documentos tudinho e disseram que eu não tinha direito de ficar com a pensão, porque ele não tinha pagado o INSS, e outra coisa lá que eu não sei o que é[...] Na minha família todo mundo trabalha em banqueta. Na hora do acidente ele tava na banqueta[...]ele tinha trinta e quatro anos. Quando ele se acidentou aqui no Junco, levaram pra Campina. Quando chegou em Campina, ficou de um hospital pra outro, sem ninguém atender ele. Quando foram atender ele, já era tarde e ele morreu[...] Eu não fui nem lá na banqueta, mas dizem que foi um desabamento. Sei que tinha uns meninos trabalhando com ele, e eles

disseram a mim como foi. Ele tava cavando o caulim lá, no que ele tava cavando o caulim, disseram lá que veio a barreira, no que ele foi correr, aí num deu pra ele correr, sabe? Onde ele botou o pé em cima, a barreira imprensou ele. Foi empurrado assim na barreira. nove meses, vai fazer amanhã. Sei que as enfermeiras que foram com ele, diz que ele chegou em Campina conversando, consciente de tudo. Mas levaram ele pro Antônio Targino, chegou lá, não quis, levou num sei pra onde também não quis, Levou pro Regional. Diz que foi a maior dificuldade pra atender ele, que num queriam atender porque ele num tava com os documentos, porque ele num podia tá com os documento. Como é que ele ia levar os documentos pro garimpo? [...] No dia que ele morreu, morreu mais uns três no mesmo tempo. Um era primo meu, aqui morre direto, direto [...] Só sei, minha filha, que eu não fiquei com nada, eu como um bocado quando o povo me dá, e o dinheiro que eu tenho é do bolsa-família pra tudo. Pra pagar energia, pra fazer feira, pra comprar bujão, pagar água, tudo pra esses meninos todinho. A situação já era muito ruim quando ele era vivo, mas agora piorou de vez. A vida toda ele foi muito trabalhador, ele já tinha sido acidente quatro vezes na banqueta, aí na “cinco”.... [...] Essa menina minha aqui, tá na casa de uma amiga minha. Essa outra, tá na casa de outra amiga, porque eu não tenho com o que dá nada a eles. Eu não tenho comer pra eles comerem todo dia, vou fazer o que? Outra, elas vão pra casa dessas pessoas pra brincar com os meninos delas. Aí elas ganham de vestir, de comer, de calçar. Essa pequena eu levo comigo quando vou fazer uns biquinhos por aí, e assim a gente vai passando. Eu vou fazer o que? [HELENA]

Essa entrevista nos tocou profundamente. O tempo todo, sua fala oscilava entre uma voz trêmula e agitada. Em vários momentos ela chorou descontroladamente. Os filhos presenciaram toda a conversa, calados e entristecidos, e em alguns momentos mencionaram a saudade que sentiam do pai. A mais velha, que parecia já entender melhor a situação, chorou em diversos momentos, quando sua mãe nos contava o ocorrido. Além de toda tristeza natural que a morte de um ente querido provoca, para ela a dor era ainda mais intensa, porque vinha

carregada de necessidades financeiras. Com a morte do marido, que era o provedor da casa, aquela mulher e seus filhos ficaram inteiramente desamparados, já que o garimpeiro trabalhava de forma ilegal, não possibilitando que ele conseguisse uma pensão para o sustento da família.

Depois de escutar os diversos relatos de acidentes ocorridos com garimpeiros em Junco do Seridó, ficou claro que a precarização das condições de trabalho nos garimpos é agravada pelo alto índice de informalidade existente naquele local, e ainda ultrapassa o mero espaço de trabalho, alcançando as famílias dos garimpeiros envolvidos na extração. Durante a pesquisa, escutamos constantemente falar em famílias destruídas pela morte de seus provedores, que deixam suas famílias desamparadas por não contribuírem com a previdência social, o que tira o direito delas de receber qualquer tipo de benefício. Assim, as dificuldades da vida no garimpo atingem não apenas os atores diretos desse cenário, mas também suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como principal foco observar as condições de trabalho de garimpeiros de caulim no município de Junco do Seridó, ressaltando os problemas que são gerados por essa atividade. As hipóteses do trabalho indicavam, primeiro, que as formas de exercício da garimpagem em Junco do Seridó sofreram alterações ao longo dos anos, passando de um modelo rudimentar para outro baseado em formas mecanizadas de extração. E, segundo, que as formas de extração nos garimpos da cidade são informais, contribuindo, dessa maneira, para tornar a profissão ainda mais precarizada. Essas duas hipóteses nos possibilitaram compreender os processos sociais estudados e, em particular, as condições de vida daqueles que vivem do garimpo.

Através das entrevistas realizadas “in loco”, constatamos que as formas de garimpagem sofreram mudanças, principalmente pela incorporação de algumas máquinas que alteram o processo de produção estabelecendo uma diferenciação entre aqueles que continuam trabalhando em condições rudimentares, enquanto outros tiram proveito da tecnologia disponível para o trabalho. Neste sentido, durante décadas essa extração era feita totalmente de modo manual, utilizando-se apenas de instrumentos rudimentares, como: pás, picaretas carretel manual, entre outros; mas os últimos anos foram marcados, no dia a dia dos garimpos, pelo advento das máquinas, que de alguma forma facilitou a organização do trabalho garimpeiro, possibilitando a obtenção de maiores lucros.

Por outro lado, cabe destacar que essa introdução de maquinário não significou a extinção completa do trabalho manual e de suas ferramentas tradicionais, pois, sobretudo no que diz respeito ao caulim, a presença do homem com suas antigas ferramentas é essencial, já que existem níveis da extração que só o garimpeiro pode alcançar. Assim, o trabalho mecanizado corresponde, apenas, à primeira etapa mineral, sendo as demais exercidas manualmente. O trabalho manual representa uma extração mais apurada e qualificação do produto extraído, considerando a composição e o limite de impurezas, enquanto que o caulim retirado pela máquina não é, geralmente, aproveitado pelos garimpeiros em razão da quantidade de “impurezas” que comporta.

Durante as visitas ao campo, visualizamos quão precarizadas são as condições de trabalho da atividade garimpeira em Junco, realidade que tem se perpetuado ao longo do tempo, mesmo com as transformações provocadas pela modernização parcial dos garimpos. Acontece que a mecanização, embora tenha trazido melhorias para o trabalho, diminuindo os riscos mortais de desabamentos, encurtando o tempo para o início da extração e possibilitando o trabalho a céu aberto, também trouxe novos impactos. Isto não significa que os acidentes deixaram de acontecer, pois eles continuam ainda bastante frequentes, o que foi percebido logo nos primeiros dias de campos, através dos relatos de inúmeros acidentes recentes.

Também com a mecanização, os garimpeiros livraram-se dos pequenos espaços de trabalho pouco oxigenados e nocivos à saúde, mas passaram a ter que enfrentar o sol escaldante durante todo o dia, também prejudicial às suas vidas. Igualmente, começaram a conviver nos períodos de chuva com os constantes alagamentos das banquetas, o que interrompe o ritmo de trabalho, atingindo sua renda.

Outro ponto observado foi que, com a mecanização surgiu a figura do garimpeiro líder, uma espécie de micro-empresário que por ser, geralmente, mais bem sucedido financeiramente do que seus companheiros, tem condições para comprar ou alugar o maquinário, arrendar o terreno da garimpagem e contratar alguns garimpeiros pagando-os por produção ou por diária.

Durante nossa estadia no município, conversamos com garimpeiros, moradores, comerciantes e com o próprio poder executivo local, e constatamos através dos relatos que, embora Junco possua um vasto campo de riquezas minerais, isso não tem trazido grandes retornos financeiros para a cidade, mesmo sendo a atividade extrativa praticada há muito tempo no local. Foi-nos explicado que, o município não consegue extrair impostos sob o material coletado nos garimpos, porque faz divisa com uma cidade do Rio Grande do Norte, que tem taxas de impostos sob o caulim, significativamente menores do que as oferecidas pelo Estado da Pa-

raíba. Logo, tem-se preferido retirar a nota fiscal do material no estado vizinho, prejudicando o crescimento e desenvolvimento de Junco.

Outro aspecto é que o caulim não é beneficiado no município, limitando, ainda mais, as possibilidades de empregabilidade dos trabalhadores e valorização do produto. Este modelo reproduz a divisão mundial da produção entre os países que fornecem as matérias-primas e aqueles que beneficiam esses produtos, agregando mais valia e retornando ao mercado mais valorizado.

Elementos como o desemprego, informalidade e a desigualdade de situações de trabalho, trazem em seu bojo um problema para os garimpeiros que representa a quebra das bases de solidariedade, com repercussões decisivas no plano associativo.

Visando superar as condições de trabalho e proporcionar um avanço para a cidade de Junco, foi criada, há três anos, a COOPERJUNCO - Cooperativa dos Mineradores dos Municípios que formam as Regiões do Seridó, Cariri e Curimataú no Estado da Paraíba, cujo objetivo central é retirar a atividade garimpeira do campo da ilegalidade e da informalidade, além de criar condições para o recolhimento de divisas através da emissão de nota fiscal dos minérios extraídos, pela cooperativa. Contudo, ela vem encontrando dificuldades de colocar em prática suas propostas iniciais, face às dificuldades de gestão, à falta de participação e confiabilidade pela maioria dos garimpeiros da região.

Assim, como a cooperativa não tem conseguido implementar mudanças significativas, a situação de ilegalidade continua imperando nos garimpos. Esta traz diversas implicações. Os impactos causados são os mais diversos. Os próprios garimpeiros continuam enfrentando duras condições de trabalho, árdua jornada de trabalho, sendo frequentes, ainda, os acidentes fatais ou que deixam fortes sequelas. Nesses casos, como são informais, sem contribuírem para previdência social, os garimpeiros mortos ou com sequelas ficam e/ou deixam suas famílias desamparadas.

Nossas reflexões reforçam o entendimento de que a atividade garimpeira em Junco mantém-se informal e precarizada. Os garimpeiros de lá tem consciência dos muitos perigos aos quais são submetidos diariamente, mas a situação é tratada com certa naturalidade e resignação, como consequência das atividades de trabalho. Uma naturalização decorrente da vivência e de uma trajetória laboral que enfrenta essas condições por muitos anos, vivenciada por parentes – pais e irmãos –, que os levam a considerar os acidentes e até mesmo as mortes, como algo inerente a profissão. A resignação, resulta, portanto, do fato de que, mesmo sabendo dos riscos que enfrentam, a idéia de mudança de profissão não é cogitada. Eles até falam em melhores condições de trabalho, especialmente no tocante ao seguro previdenciário, mas não realizam ações de transformação, sendo bloqueados pelos impasses diários.

O trabalho de campo permitiu observar que, no garimpo, as relações sociais entre trabalhadores se realizam sobre patamares diferenciados, tais como: a confiança e desconfiança. Ao falar sobre confiança no garimpo, tem-se que ela é inerente aos garimpeiros apenas nas relações interpessoais, posto que longe das regulações estatais, os acordos contratuais dependem de alto grau de confiança entre os mesmos. Neste sentido, Costa (2002) afirma que a condição de marginalidade na qual a atividade garimpeira sempre esteve imersa foi fundamental para formação do ambiente de trabalho nos garimpos, de modo que a confiança é fator preponderante entre os garimpeiros. Este aspecto é significativo, em razão de que interfere na atuação junto à cooperativa local. Aparecendo assim como um fator a ser solucionado: o descrédito dos garimpeiros para com a cooperativa.

Em síntese, a própria dureza do trabalho nos garimpos dificulta a disposição à participação nas reuniões junto à cooperativa local. Essa realidade é bastante complexa. A cooperativa tem problemas estruturais que só podem ser resolvidos com mudanças em sua forma de gestão, mas essas mudanças só podem acontecer por intermédio da participação ativa de seus membros. Como estes, em sua maioria, não creem na instituição, não participam de suas decisões, isso acaba fazendo com que não haja mudanças. Fazendo com que tudo se perpetue. Acontece que mudar exige esforço! O que falta, na verdade, é uma sintonia entre os garimpeiros e a cooperativa. Assim, somente quando os garimpeiros se virem como donos da cooperativa e, quando esta, se colocar de fato como deles, no sentido de que através dela os garimpeiros poderão buscar melhoria para garantir seus direitos, é que transformações poderão vir a

ocorrer na atividade garimpeira naquele município, notadamente pela melhor oportunidade de buscar junto aos órgãos competente autorização para exploração das áreas de garimpagem, visto a condição privilegiada que a cooperativa alcançou a partir do advento da Constituição de 1988, fazendo com que a sensação de ilegalidade e marginalidade que os garimpeiros têm de si, possa desaparecer.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Murilo da Silva. **Relatos orais: a relação do processo saúde-doença e o trabalho na mineração**. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, 2008.

ARNAUT, Giovanna C. Leal & VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner & SILVA, Bárbara Aparecida. Mineração de areia e Meio Ambiente: impactos, políticas e legislação. *REUNA*, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 13-27, Mai. - Ago. 2009.

BARRETO, Maria Laura (org.). **Mineração e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o Brasil**. CETEM/MCT, 2001.

BITENCOURT, Marcelige Aparecida. **Cooperativismo e atividade garimpeira: o caso da cooperativa garimpeira do Vale do Rio da Bagagem LTDA**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2009.

COSTA, Luciano Rodrigues. Homens de ouro: trabalho e conhecimento entre os garimpeiros clandestinos de ouro da região de Mariana. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2002.

_____. Os garimpos clandestinos de ouro em minas gerais e no Brasil: tradição e mudança. **História & Perspectivas**, nº 36-37, p. 247-279, Uberlândia, jan.dez. 2007

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. **Mineração e meio ambiente no Brasil**. Relatório Preparado para o CGEE- PNUD, outubro de 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Lia Editor S.A, Rio de Janeiro, 1969.

GERMANI, Darcy José. A Mineração no Brasil. *CGEE- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação*. Rio de Janeiro, 2002.

GOMES, Márcia Maria Costa. Garimpo: precarização do trabalho no Junco do Seridó paraibano. **IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI**: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital. 10 a 13 de Outubro de 2008 UFG/Catalão/GO.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Nas Trilhas dos Garimpeiros de Serra: Garimpo e Turismo em Áreas Naturais na Chapada Diamantina-Ba**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Maio, 2001.

HIGUCHI, Niro & FONSECA, Ozorio. A importância do manejo florestal no Brasil. *Revista da Madeira*, ed. nº86, 2004.

IBGE. **Dados da cidade Junco do Seridó-PB**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 20 de junho de 2011.

LIMA, Elisângela Maria de. **Doenças respiratórias associadas à atividade da mineração no município de Parelhas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

LIMA, Maria Helena Machado Rocha & PEREIRA FILHO, Saulo Rodrigues & SIROTHEAU, Gloria Janaína & SCHNELLRATH, Jurgen & VILLAS BOAS, Roberto. Garimpo e Inclusão Social. In: *Seminário Internacional Sociedade Inclusiva*, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2006-079-00.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2011.

LIMA, Rosa do Carmo de Oliveira. Diagnóstico dos impactos ambientais decorrentes do beneficiamento de caulim no município de Equador – RN. **Revista de biologia e ciências da terra**. Número 2, Volume 10, 2010.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado nacional, região e natureza. **NAEA 101**, agosto 1998.

NASCIMENTO, Isaura Barbosa do. **Problemáticas ambientais e implicações à saúde do trabalhador. O caso do garimpo de Esmeraldas em Campos Verdes- GO**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

NÓBREGA, Flávio de Medeiros. **A Exploração do Caulim no Município de Junco do Seridó/Pb**: Consequências Sociais Para A Saúde Do Trabalhador. Artigo de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde, da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 2010.

NÓBREGA, José Adrivaldo S. da e MENEZES, Marilda Aparecida de. A Expansão da indústria de extração mineral pelo meio rural e a problemática do trabalho. In: **Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS**. Recife: ALAS/UFPE, 2011.

NÓBREGA, Lidiane Katielly da. **A Exploração do Caulim**: Conscientização da Comunidade Escolar sobre os Riscos à Saúde. Monografia da Coordenação do curso de Licenciatura Especifica em Biologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/UNAVIDA. Patos, 2009.

PEIXOTO, José Robson. A degradação ambiental oculta pelos garimpos de topázio imperial no Alto Maracujá. 2005. Disponível em: http://www.comciencia.br/reportagens/2005/11/11_impr.shtml Acesso em: 24 de junho de 2011.

RODRIGUES FILHO et al. Garimpo e Inclusão Social no Brasil: dois estudos de caso. 2009. Disponível em: www.cetem.gov.br/publicacao/Garimpo_Inclusao_Social_no_Brasil.pdf . Acesso em: 10 de junho de 2011.

SANTOS, Bernadette Grossi dos. O Reino da Impura Sorte: Mulhere e Homens Garimpeiros em Minas Gerais. Dissertação de mestrado do curso de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001

SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito diamantino. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.

SILVA, M. R. R., DANTAS, J. R. A. Província pegmatítica da Borborema-Seridó, Paraíba e Rio Grande do Norte”. In: DNPM/CPRM (eds) **Principais Depósitos Mineraiis do Brasil**, 1 ed., v. 4b, Brasília, Brasil, Departamento Nacional de Produção Mineral, 1997.

SILVA, Fernanda Arruda Nogueira Gomes da [et al.]. **Estudos de caracterização tecnológica e beneficiamento do caulim da Região Borborema-Seridó (RN)**. Rio de Janeiro: CETEM, 2008. (Série Rochas e Minerais Industriais, 14)

TAVARES, Sergio Túlio de Pinho & CASTAÑEDA, Cristiane & SOARES, Antônio Carlos Pedrosa. Análise sistêmica da exploração mineral e o seu contexto sócio-econômico no médio Jequitinhonha- MG. **Revista Geonomos**, nº 15, p. 59 - 63, 2007.

TEIXEIRA, Nilo da Silva & LIMA, Maria Helena Rocha. Características e atuação das organizações de garimpeiros no Brasil. *Anais da XII Jornada de Iniciação Científica*, 2004. Disponível em: http://www.cetem.gov.br/serie_anais_XII_jic.htm. Acesso em 16 de maio de 2011.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 4 (104) pp. 596-618, outubro-dezembro/2006.